

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS (DCHT)
CAMPUS XXI

MOISÉS VAZ SILVA NETO

TERRA, PROPRIEDADE E NEGRITUDE: UMA LEITURA SOCIAL DE
***TORTO ARADO* À LUZ DE ANTONIO CANDIDO**

IPIAÚ/BA
2025

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS (DCHT)
CAMPUS XXI

TERRA, PROPRIEDADE E NEGRITUDE: UMA LEITURA SOCIAL DE
TORTO ARADO À LUZ DE ANTONIO CANDIDO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Letras, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Letras.

Orientadores: Ms. Sayonara Miranda e Dr. José Fagner.

IPIAÚ/BA
2025



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA- UNEB

AUTORIZAÇÃO: DECRETO Nº 92937/86. DOU 18.07.86 – RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 909/95, DOU 01.08.95

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS

CAMPUS UNIVERSITARIO DR. SALVADOR DA MATA

IPIAÚ- BAHIA

ATA SESSÃO DE APRESENTAÇÃO DE DEFESA PÚBLICA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Aos sete dias do mês de agosto 2025, às 16 horas, em meio virtual, apresentaram se os pareceres escritos da monografia elaborada por Moisés Vaz Silva Neto, intitulada **Terra, propriedade e negritude: uma leitura social de torto arado à luz de Antonio Candido**. Tendo a professora Sayonara como Orientadora e Prof.º José Fagner Alves Santos como co-orientador e presidente da banca avaliadora, composta pelas Prof. Tereza Cristina Damásio e Tatiane Souza. Após leitura e avaliação das pareceristas, a banca considerou o trabalho aprovado, com média 8, sendo necessária a observância dos pareceres individuais emitidos pelos membros da mencionada banca, para fins de ajustes e depósito final do texto. Por fim, comunicamos ao discente que a versão final do trabalho monográfico deverá ser enviada na versão em formato pdf para o Colegiado de Letras do DCHT XXI, no prazo máximo de trinta dias, a contar da presente data, em uma via digitalizada, conforme determina o Regulamento do TCC desta Universidade. Nada mais havendo a tratar, eu, José Fagner Alves Santos, organizador da banca de TCC, redigi este PARECER FINAL, que vai datado e assinado por mim, como representante dos demais membros da banca.

Ipiaú, 07 de agosto de 2025

Documento assinado digitalmente



SAYONARA MIRANDA OLIVEIRA
Data: 27/01/2026 22:33:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sayonara Miranda Oliveira



Documento assinado digitalmente

JOSE FAGNER ALVES SANTOS
Data: 24/01/2026 10:56:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Fagner Alves Santos



Documento assinado digitalmente
TEREZA CRISTINA DAMASIO CERQUEIRA
Data: 28/01/2026 11:40:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tereza Cristina Damásio



Documento assinado digitalmente
TATIANE GONCALVES PEREIRA SOUZA
Data: 28/01/2026 17:46:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Tatiane Souza

RESUMO

Este trabalho analisa as intersecções entre terra, propriedade e negritude no romance *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, a partir da perspectiva crítica apresentada por Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* (2006). A pesquisa parte da premissa de que a literatura é um instrumento de interpretação da realidade social, capaz de revelar contradições históricas e estruturas de opressão. A obra estudada é ambientada na Chapada Diamantina, no sertão baiano, e retrata a vida de trabalhadores rurais descendentes de pessoas escravizadas, explorando os vínculos espirituais e históricos com a terra. A análise evidencia como o romance configura a terra como símbolo de identidade, memória e resistência, dialogando com o debate sobre a função social da propriedade. O estudo estrutura-se em três capítulos: o primeiro apresenta o panorama do sistema literário brasileiro com base na teoria de Antonio Candido o segundo trata da representação da terra na literatura nacional; e o terceiro realiza a leitura crítica de *Torto Arado*. Conclui-se que a obra literária ao articular forma estética e conteúdo social, atua como meio de denúncia das desigualdades fundiárias e de valorização da herança cultural afro-brasileira.

Palavras-chave: *Torto Arado. Antonio Candido. Terra. Negritude. Literatura e sociedade.*

ABSTRACT

This study examines the intersections of land, property, and black identity in the novel *Torto Arado* (2019), by Itamar Vieira Júnior, through the critical lens of Antonio Candido's *Literature and Society* (2006). It assumes that literature is an instrument of social interpretation, capable of unveiling historical contradictions and oppressive structures. The narrative, set in Chapada Diamantina in Brazil's rural Northeast, depicts the life of enslaved descendants who maintain spiritual and historical ties to the land. The analysis identifies the land as a symbol of memory, identity, and resistance, connecting the novel to broader discussions on social justice and property rights. The research is divided into three chapters: the first explores the development of Brazilian literary tradition through Candido's theory; the second discusses the representation of land in national literature; and the third offers a critical reading of *Torto Arado*. The study concludes that literature, by integrating aesthetic form and social content, can denounce inequality and highlight Afro-Brazilian cultural heritage.

Keywords: *Torto Arado. Antonio Candido. Land. Black identity. Literature and society.*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
Capítulo 1: A CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA LITERÁRIO BRASILEIRO	13
1.1 A RELAÇÃO ENTRE O ROMANCE E A SOCIEDADE.....	17
1.2 A IMPORTÂNCIA DA ARTE REALISTA	19
Capítulo 2: O TEMA DA TERRA NA LITERATURA BRASILEIRA	23
2.1 DO SERTÃO À CIDADE: A TRANSFORMAÇÃO DO ROMANCE BRASILEIRO ...	28
2.2 AS RELAÇÕES ENTRE A LITERATURA E O DIREITO A PARTIR DO TEMA DA PROPRIEDADE EM <i>TORTO ARADO</i>	31
Capítulo 3: O TEMA DA TERRA, PROPRIEDADE E NEGRITUDE EM <i>TORTO ARADO</i>	Erro! Indicador não definido.
CONSIDERAÇÕES FINAIS	Erro! Indicador não definido.
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe analisar as intersecções entre terra, propriedade e negritude no romance *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, à luz do pensamento crítico de Antonio Candido, especialmente a partir da obra *Literatura e Sociedade* (2006). A investigação parte da hipótese de que a literatura é não apenas um espelho das dinâmicas sociais, mas também um instrumento capaz de revelar, tensionar e reinventar as estruturas de dominação. Conforme observa Candido (2006), “a literatura é um dos modos pelos quais o homem pode se tornar mais consciente da sociedade em que vive” (p. 9), permitindo, assim, a emergência de vozes historicamente silenciadas.

Publicado em um contexto de crescente interesse por narrativas negras e periféricas, *Torto Arado* apresenta-se como um romance de intensa carga política e simbólica. A obra articula as vozes de três narradoras – Bibiana, Belonísia e a entidade espiritual Rita Pescadeira – para reconstruir a memória coletiva de uma comunidade quilombola do interior baiano. A narrativa entrelaça o drama íntimo das personagens com a crônica social da violência estrutural no campo, onde a ausência de reforma agrária e a persistência da lógica latifundiária mantêm vivos os mecanismos herdados da escravidão (Fernandes, 2008).

A terra, nesse universo literário, além de um território físico, é significada como espaço de pertencimento, ancestralidade, resistência e espiritualidade. Como destaca Corrêa (2019, p. 8), a terra em *Torto Arado* “funciona como elemento fundante da identidade dos personagens, vinculando-os ao passado, ao sagrado e à memória coletiva”. Essa dimensão simbólica transforma o romance em uma denúncia estética das desigualdades fundiárias e da invisibilidade jurídica de comunidades negras rurais no Brasil. Vieira Júnior constrói, assim, uma narrativa em que a posse da terra, ou sua negação, é metáfora da cidadania negada a milhões de brasileiros.

O problema fundiário brasileiro é historicamente marcado por um processo de concentração territorial que remonta à Lei de Terras de 1850, a qual estabeleceu que o acesso à terra seria mediado pela compra, excluindo os pobres e ex-escravizados do direito à propriedade (Zeneratti, 2017). Em *Torto Arado*, essa exclusão é representada pelas condições de trabalho sem contrato, pela inexistência de remuneração formal e pela impossibilidade de construir moradias permanentes. Como diz um dos trechos do romance: “Podem trabalhar, mas a terra é dessa família por direito. Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do Império, não havia o que contestar” (Vieira Júnior, 2019, p. 183). Essa denúncia da desigualdade

fundiária insere a obra na tradição do romance social brasileiro, em que a literatura se apresenta como espaço de crítica às estruturas históricas de dominação.

A abordagem teórica de Antonio Candido sustenta que o valor literário de uma obra não está desvinculado de sua função social. Para ele, “não há criação literária que não resulte, direta ou indiretamente, de um sistema de relações sociais” (Candido, 2006, p. 12). Essa perspectiva é essencial para compreender como *Torto Arado* dá continuidade a essa tradição, ao mesmo tempo em que amplia seus horizontes ao incorporar elementos da religiosidade afro-brasileira, da oralidade e da resistência popular. Nesse sentido, a figura de Rita Pescadeira evidencia uma dimensão de realidade que não se limita à racionalidade ocidental, mas se ancora em cosmovisões afro-indígenas, nas quais o mundo espiritual não é percebido como “irreal”, e sim como parte constitutiva da experiência social e cultural. Sua presença conecta vivos e mortos, passado e presente, natureza e transcendência, reafirmando que, para esses povos, o visível e o invisível coexistem como planos complementares da realidade.

Além de denunciar a marginalização econômica, a obra de Itamar Vieira Júnior resgata dimensões afetivas, espirituais e culturais da resistência negra. A presença de rituais do Jarê, práticas curativas com ervas, a escuta dos mais velhos e a valorização da oralidade marcam o espaço narrativo como um lugar de saberes alternativos ao epistemicídio colonial. Conforme Mbembe (2011), o colonialismo não apenas subjugou corpos, mas também instituiu um regime de silenciamento epistêmico. *Torto Arado*, nesse sentido, reabilita vozes apagadas pela modernidade colonial e reinscreve o sujeito negro rural como agente de sua própria história.

A obra também permite observar como a literatura dialoga com o direito, especialmente em relação ao princípio da função social da propriedade, inscrito no artigo 5º, XXIII da Constituição Federal de 1988. Embora esse princípio tenha sido formalmente reconhecido, sua efetivação no campo brasileiro continua precária. A ficção de Vieira Júnior evidencia esse hiato entre norma e prática ao retratar personagens que, mesmo enraizados na terra por gerações, são considerados ilegítimos por um Estado que ignora sua ancestralidade e cultura. Para Tepedino e Schreiber (2002), a função social da propriedade impõe limites ao direito absoluto do proprietário, subordinando-o ao interesse coletivo. A literatura, nesse contexto, atua como meio de crítica aos limites da justiça formal e da efetividade dos direitos fundamentais.

Na esteira do pensamento de Antonio Candido, que vê a literatura como um bem essencial à formação da consciência social, esta pesquisa se propõe a analisar *Torto Arado* como um romance que opera simultaneamente no plano estético e no plano ético. Candido (2004) argumenta que a literatura é uma necessidade humana básica, pois “nos humaniza ao revelar a dor, a injustiça e a beleza da vida” (p. 179). Tal afirmação ganha materialidade na narrativa de

Vieira Júnior, que expõe, para além das estruturas de exploração, os gestos cotidianos de afeto, cuidado e ancestralidade que sustentam a comunidade de Água Negra.

Dessa forma, este trabalho está estruturado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O **Capítulo 1** trata da formação do sistema literário brasileiro, explorando o papel do romance como instrumento de leitura da realidade nacional e estabelecendo as bases teóricas de Antonio Candido sobre a relação entre literatura e sociedade. O **Capítulo 2** analisa o tema da terra na literatura brasileira, traçando um percurso desde o romantismo até o realismo social, e discutindo como a questão fundiária está imbricada à construção da identidade nacional. Já o **Capítulo 3** realiza a análise crítica de *Torto Arado*, enfocando as representações de terra, propriedade e negritude, bem como as interfaces entre literatura, direito e espiritualidade afro-brasileira.

Ao final, as considerações apresentam uma síntese dos achados e reafirmam a centralidade da literatura como prática crítica e humanizadora. Ao articular ficção e realidade, estética e política, *Torto Arado* confirma a tese de Candido de que “a literatura é uma forma de conhecimento e uma via para a emancipação” (Candido, 2006, p. 13), sobretudo quando se propõe a dar voz aos silenciados da história.

Tendo-se por objetivo principal analisar as articulações entre terra, propriedade e negritude no romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, à luz da crítica literária de Antonio Candido, compreendendo a literatura como instrumento de denúncia estética, intervenção social e valorização e vozes historicamente marginalizadas no contexto das desigualdades brasileiras, visamos ainda: **1)** Discutir a função social da literatura a partir da perspectiva teórica de Antonio Candido, problematizando a produção literária como forma de mediação crítica entre estética e ética; **2)** Analisar as representações simbólicas da terra em *Torto Arado*, considerando suas dimensões de pertencimento ancestral, espiritualidade coletiva e resistência sociocultural; **3)** Examinar como o romance evidencia a persistência das desigualdades fundiárias no Brasil contemporâneo, tensionando a noção constitucional da função social da propriedade à luz da vivência de comunidades negras rurais; **4)** Investigar as intersecções entre literatura, espiritualidade afro-brasileira e saberes tradicionais na obra, destacando práticas religiosas, cosmologias e estratégias de resistência cultural das populações negras do campo; **5)** Contextualizar *Torto Arado* no âmbito do romance social brasileiro, analisando suas contribuições para a visibilização e complexificação da experiência negra e periférica na literatura nacional contemporânea.

A eleição do romance *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, como *corpus* desta pesquisa, fundamenta-se em sua expressiva densidade estética, relevância político-social e potência crítica no âmbito da literatura brasileira contemporânea. Obra de notável repercussão nacional e internacional, *Torto Arado* insere-se num movimento mais amplo de emergência e consolidação de narrativas negras, periféricas e decoloniais, que tensionam as hegemonias discursivas e epistêmicas construídas ao longo da tradição literária brasileira.

Publicado em um momento de renovação do debate sobre raça, classe, território e memória histórica, o romance articula, com notável sensibilidade poética e rigor narrativo, questões fundamentais como a relação simbólica e material com a terra, a persistência das desigualdades fundiárias, a espiritualidade de matriz afro-brasileira e a ancestralidade como forma de resistência coletiva.

Nesse sentido, a obra reatualiza, sob nova clave, as diretrizes do romance social brasileiro, deslocando seu foco para os sujeitos historicamente invisibilizados: os negros do campo, herdeiros da escravidão e da exclusão estrutural, cujas experiências, saberes e práticas culturais foram sistematicamente silenciadas.

A pesquisa inscreve-se, assim, na perspectiva crítica de Antonio Candido, sobretudo conforme delineada em *Literatura e Sociedade*, cuja concepção de literatura como bem essencial e forma de humanização permite compreender a produção literária como prática ético-estética capaz de restituir dignidade às vozes subalternizadas. Nesse horizonte, a análise de *Torto Arado* não se limita ao exame estético da obra, mas se projeta como intervenção no campo dos debates sobre o papel social da literatura, afirmando sua capacidade de produzir conhecimento, interpelar estruturas de poder e promover deslocamentos discursivos.

Ademais, ao propor um diálogo entre literatura e espiritualidade afro-brasileira, este trabalho se ancora numa abordagem interdisciplinar e de viés decolonial, que reconhece na ficção um espaço de elaboração de epistemologias outras — enraizadas na oralidade, na cosmologia ancestral, na experiência comunitária e no enfrentamento das violências históricas. Por meio dessa lente, *Torto Arado* emerge não apenas como obra literária de excelência, mas como documento sensível da resistência negra rural e instrumento de memória coletiva.

Portanto, a justificativa desta pesquisa se sustenta na dupla relevância do objeto e da abordagem: por um lado, a centralidade de *Torto Arado* como romance representativo de uma nova configuração do cânone literário nacional; por outro, a urgência de ampliar os horizontes da crítica literária para incorporar vozes e experiências historicamente desconsideradas. A escolha por *Torto Arado*, especificamente, justifica-se pelo modo como a narrativa articula o problema fundiário, herança direta da Lei de Terras de 1850, com a permanência de formas de

exploração do campesinato no Brasil contemporâneo. Além disso, o romance se singulariza pela incorporação de cosmovisões afro-indígenas e pela valorização da oralidade como forma de resistência e transmissão da memória. Trata-se, enfim, de reafirmar a literatura como prática humanizadora, gesto político e via de emancipação dos sujeitos historicamente subalternizados.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interpretativo e descritivo-analítico, ancorada nos pressupostos da crítica literária sociológica. Parte-se da leitura aprofundada do romance *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, compreendendo a obra não apenas como objeto estético autônomo, mas como forma simbólica situada historicamente, capaz de tensionar estruturas sociais e inscrever, no espaço literário, as vozes de sujeitos historicamente marginalizados — trabalhadores rurais, mulheres negras e comunidades camponesas descendentes de escravizados — que, embora sistematicamente silenciados na realidade social brasileira, encontram na ficção um lugar de visibilidade e reconhecimento.

Inscrita no campo dos estudos literários, esta investigação orienta-se por uma perspectiva dialógica entre literatura e sociedade, com base na teoria crítica formulada por Antonio Candido, especialmente nos textos reunidos em *Literatura e Sociedade* (2000) e *A literatura e a formação do homem* (2004). Para Candido, a literatura realiza uma função humanizadora por excelência, ao permitir a expressão do outro e à medida que insere o sujeito na experiência coletiva da linguagem, da memória e da história.

Além de Candido, o trabalho dialoga com aportes teóricos provenientes dos estudos culturais, pós-coloniais e decoloniais, com destaque para os pensamentos de **Homi Bhabha** (1998), **Walter D. Mignolo** (2008) e **Frantz Fanon** (2005), cujas reflexões auxiliam na compreensão das estratégias de resistência e reexistência presentes na obra, sobretudo no que concerne à construção de subjetividades negras e à revalorização de saberes subalternizados. Tais perspectivas ampliam o escopo analítico, permitindo um olhar interdisciplinar que considera a intersecção entre estética, espiritualidade, identidade racial, território e direito.

A metodologia utilizada contempla, ainda, os aportes da crítica literária afro-brasileira e da hermenêutica decolonial, incorporando vozes como as de Conceição Evaristo (2005), Leda Maria Martins (2016) e Sueli Carneiro (2003), que contribuem para a leitura da obra a partir de um lugar epistemológico marcado pela ancestralidade, oralidade e resistência cultural. Esses referenciais são essenciais para captar as nuances simbólicas e os gestos ético-políticos que estruturam *Torto Arado*, sobretudo no que diz respeito à representação da espiritualidade afro-brasileira, da memória coletiva e da luta pela terra.

Dessa forma, o percurso metodológico estrutura-se em três momentos principais: (1) a leitura crítico-interpretativa do romance à luz dos referenciais teóricos selecionados; (2) a análise temática e simbólica das categorias centrais — terra, negritude, ancestralidade e espiritualidade; e (3) a articulação entre os elementos narrativos e o contexto sociopolítico brasileiro, defendendo a tese de que *Torto Arado* se inscreve na tradição do romance social e, ao fazê-lo, colabora para a reconfiguração do cânone literário nacional.

CAPÍTULO 1: A CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA LITERÁRIO BRASILEIRO

No Brasil, o desenvolvimento do romance como gênero literário estabeleceu um diálogo profundo com a realidade social da população preta, culminando na criação de uma narrativa marcadamente nacionalista. Essa interação propiciou uma linguagem singular, analítica e objetiva mais adequada às demandas expressivas do século XIX. Autores como **Lima Barreto**, **Euclides Cunha** e **Graça Aranha** utilizaram dessas narrativas. No cenário brasileiro, o romance tornou-se o veículo principal para a construção da literatura nacional, pois, como afirma Antonio Candido: “o romance foi, no século XIX, o veículo por excelência da imaginação literária e o meio mais eficaz de dar forma aos ideais de nacionalidade” (1959, p. 61).

A observação, a transmissão e a interpretação da realidade se tornaram questões centrais na elaboração de narrativas realistas. O nacionalismo literário no Brasil manifestou-se por meio de descrições detalhadas dos locais, costumes, culturas e eventos. A expressão nacional, alinhada com o ideal romântico de nação, encontrou no romance uma linguagem apropriada para a livre expressão de um país em formação (Candido, 2009).

Além disso, o romance funcionou como um meio de investigação e descoberta, bem como um instrumento de interpretação social. No entanto, há que se destacar que o romance brasileiro não poderia se aprofundar nas complexidades psicológicas de uma sociedade em transformação, dado que, até o início do século XIX, a estrutura social brasileira não favorecia uma análise ampla e profunda das relações humanas (Navarro; Paula, 2021).

A sociedade do século XX, sendo pouco urbanizada e caracterizada por uma estratificação simples, uniforme e estática, não proporcionava as condições necessárias para o surgimento de questionamentos sobre a moral burguesa e as relações indivíduo-sociedade. Dessa forma, o romance brasileiro do período focava-se mais na representação da vida cotidiana e na interpretação da realidade social, refletindo as particularidades de uma nação emergente (Carreira, 2021).

A partir do século XXI, Machado de Assis marca um divisor de águas na literatura brasileira com a publicação da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), que inaugura o Realismo no Brasil. Entre as características do movimento, destacam-se a objetividade, evidenciada na distinção entre sujeito e objeto, o abandono da idealização romântica e o uso da

literatura como ferramenta de crítica social.

No romance, Machado cria um narrador defunto, Brás Cubas, que conta sua história após a morte, estabelecendo o tom satírico e irônico que percorre toda a narrativa. Livre das convenções morais que o limitariam em vida, Brás Cubas (narrador e protagonista) revela ao leitor, sem pudor, suas falhas de caráter: vaidade, hipocrisia, indiferença às questões sociais e falta de empatia. Fez de sua própria vida um objeto de zombaria, questionando valores como honra, virtude e progresso — ideais burgueses do século XIX.

De acordo com Carpeaux (1994, p. 219), “Machado de Assis não copiou o Realismo europeu: inventou, a partir da tradição local, uma forma de sátira que desmontava os ideais românticos e expunha o ridículo da elite imperial brasileira”. Essa perspectiva reforça a leitura de que o romance brasileiro já carregava uma dimensão crítica antes de 1930, antecipando preocupações que se tornariam centrais aos regionalistas e modernistas.

A escolha de Brás Cubas como narrador póstumo permitiu a Machado uma liberdade estilística. O autor desmascara a hipocrisia da moral burguesa nascente, ironizando valores como o casamento por interesse, o arrivismo político e o egocentrismo das elites. Neste sentido, o romance revela uma sociedade em transição: o Brasil do final do século XIX, ainda escravocrata (a abolição só ocorreria em 1888), que mantinha uma estrutura de poder patriarcal e clientelista. O personagem Brás Cubas é a síntese do parasitismo e da futilidade da elite oitocentista, habilmente ironizada por Machado de Assis.

O gênero romanesco teve início no Brasil na primeira metade do século XIX, com a consolidação do romantismo literário. O movimento romântico, com a publicação de obras como “Suspiros Poéticos e Saudades”, de Gonçalves de Magalhães em 1836, estabeleceu as bases para a literatura romanesca no país. Essa época coincide com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, que trouxe consigo um novo contexto cultural e estético.

Desse modo, José de Alencar introduziu o indianismo como uma nova perspectiva sobre o país. Conforme aponta Antonio Candido, “o romance brasileiro nasceu regionalista e de costumes; ou melhor, tendeu desde cedo para a descrição dos tipos humanos e formas de vida social nas cidades e nos campos” (Candido, 2009, p. 432).

A conformação regional do romance no Brasil é analisada por Candido em *Literatura e subdesenvolvimento*.

Ele argumenta que o romance foi crucial para focar a realidade local, dividindo-se em duas fases na América Latina: a consciência de país novo, que destaca os tipos locais para um reconhecimento da realidade social, e a consciência de subdesenvolvimento, que leva à documentação e denúncia política das condições sociais (Costa, 2023).

Antonio Candido argumenta sobre a consolidação do romance social brasileiro especialmente a partir de 1930, quando a literatura se volta de forma mais intensa para as questões sociais e regionais. No entanto, outros estudiosos destacam a relevância de obras do século XIX na construção e afirmação do gênero, como os romances de José de Alencar e Machado de Assis, que já exploravam aspectos da formação social, política e cultural do Brasil.

A ideia de dois polos pode simplificar excessivamente a diversidade literária do período. O romance urbano, por exemplo, não surgiu apenas "em reação" ao romance nordestino, mas também por influências internas e externas à literatura brasileira. Entre os romancistas urbanos radicais, cuja obra aborda questões sociais e pessoais sem uma obsessão regional, destacam-se Érico Veríssimo e sua produção. As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por inovações estilísticas significativas, com novos temas e recursos linguísticos que refletiam a influência modernista e a liberdade criativa derivada do movimento de 1920. Autores como José Lins do Rego, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Dionélio Machado e Érico Veríssimo exemplificam essas tendências (Candido, 1989, p. 204).

Essa evolução do romance brasileiro demonstra como a literatura pode ser um reflexo direto das transformações sociais e políticas de uma país, utilizando a narrativa ficcional como ferramenta para a análise e interpretação da realidade social. Antonio Candido destaca a importância desse diálogo entre literatura e sociedade, revelando como os romances não apenas representam, mas também participam ativamente na construção de uma identidade nacional (Candido, 2006).

Os escritores da geração analisada por Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* são notáveis por sua linguagem acessível e métodos populares de produção. Eles rompem com a estrutura acadêmica tradicional, mesmo que, paradoxalmente, estejam menos conscientes da renovação formal que promovem em comparação com seus ideais. Esse movimento de deslitterarização¹ baseia-se na desconstrução da sintaxe, na modificação da estrutura narrativa e na incorporação de idioletos restritos em suas obras.

Superando o antigo regionalismo, esses autores promovem uma produção essencialmente urbana, sendo, assim, representantes de uma ruptura que redefine o moderno romance urbano. O amadurecimento da literatura na década de 1950 é crucial para a consolidação desse gênero "médio", onde o foco não recai sobre o engajamento ideológico, exceto nos romances pós-Ditadura Militar, e desconsidera-se o interesse por lugar, cultura e

¹ É o processo em que o texto ou a prática deixa de ser reconhecido como literatura por mudanças estéticas, culturais ou ideológicas. Esse processo exclui obras do cânone literário, classificando-as como populares, comerciais ou utilitárias, e reflete disputas históricas e simbólicas sobre o que é considerado 'literário'.

costumes, priorizando as formas de ser e existir (Candido, 1989).

Nesse contexto, Candido identifica um momento significativo na relação entre o romance e a construção da identidade nacional, especialmente no período de 1960 a 1970. Durante essa fase, destacam-se Clarice Lispector e Guimarães Rosa. Clarice combina a temática social com uma preocupação estilística, demonstrando que a escolha e o uso da linguagem são fundamentais para a composição ficcional (Rodrigues, 2021).

Guimarães Rosa, em seus textos, inova a linguagem e eleva o pitoresco regional a um valor universal, transcendendo a particularidade e transformando o regionalismo em uma ficção pluridimensional, conforme Candido afirma: “Rosa aceitou o desafio e fez dele matéria, não de regionalismo, mas de ficção pluridimensional, acima do seu ponto de partida contingente” (Candido, 1989, p. 206).

Dessa forma, a análise de Candido (2006) sobre a evolução do romance brasileiro revela como esses escritores utilizaram a ficção para explorar e reinterpretar a realidade social, promovendo uma nova compreensão da identidade nacional. Ao desconstruir formas tradicionais e introduzir novas linguagens e temáticas, esses autores refletem as transformações sociais de seu tempo, mas também participam ativamente na construção de um discurso literário que dialoga com as complexidades da sociedade brasileira.

Essa relação dinâmica entre literatura e sociedade sublinha a capacidade do romance de servir como um meio de investigação e representação da experiência humana em suas diversas manifestações. A partir dos panoramas apresentados, é possível afirmar que a experiência nacional com o romance no Brasil permitiu a consolidação de uma literatura com traços distintos, onde a consciência nacional superou um complexo inicial de inferioridade em relação à produção europeia.

Obras com um forte registro etnográfico, como *Ubirajara* (1874) de José de Alencar, e outras que exploram a criatividade e imaginação do território brasileiro, ajudaram a construir um ideal identitário. Segundo Antonio Candido em *O triunfo do Romance* (1971), as dimensões psicológicas foram fundamentais para o amadurecimento do sistema literário, proporcionando uma visão composicional mais ampla.

Candido ressalta que Machado de Assis superou as fórmulas estrangeiras criando uma narrativa que refletia as representações da sociedade urbanizada através de uma análise profunda, algo que não foi totalmente alcançado por Manuel Antônio de Almeida, mas que José de Alencar começou a explorar (Candido, 1971). A superação dos modelos estrangeiros por Machado de Assis e sua reformulação através de uma escrita única demonstra que o processo de criação original em países não autônomos, frequentemente, envolve a assimilação e

transformação de influências externas.

Candido explica em *Instrumento de Descoberta e Interpretação* (1959) que, embora o modernismo brasileiro tenha derivado em grande parte das vanguardas europeias, os escritores das décadas de 1930 e 1940, como Carlos Drummond de Andrade e Murilo Mendes, desenvolveram suas obras a partir dessas influências e, por sua vez, inspiraram autores como João Cabral de Melo Neto (Candido, 1989). Ao entender o romance como uma expressão objetiva que dialoga com a subjetividade, abre-se espaço para uma representação palpável da realidade nacional (Soares, 2023).

Isso permite tanto o conhecimento quanto o reconhecimento do Brasil em suas manifestações culturais e cotidianas. Além disso, as análises das relações sociais atravessadas pelo processo de urbanização e pela ascensão da burguesia são essenciais. Ao considerar o gênero romântico e a construção da identidade nacional, é crucial reconhecer o status de país colonizado. A produção literária brasileira inicialmente se baseou em modelos estrangeiros, refletindo uma dependência cultural, mas posteriormente reformulou-se (Sacramento, 2023).

Com isso, desenvolveu-se uma literatura própria a partir das características locais. Assim, a obra de Antonio Candido destaca como o romance brasileiro evoluiu em resposta às condições sociais e culturais específicas do país, utilizando influências externas para criar uma literatura original e significativa. Este processo de apropriação e inovação demonstra a capacidade da literatura de dialogar com a sociedade, oferecendo uma reflexão profunda sobre a identidade e a realidade nacionais (Dias; Silva, 2023).

1.1 A RELAÇÃO ENTRE O ROMANCE E A SOCIEDADE

A literatura, como forma artística, desempenha um papel crucial no diálogo com a vida cotidiana e a realidade sócio-histórica, refletindo criticamente a sociedade. Ela permite que os indivíduos se identifiquem tanto no âmbito pessoal quanto como parte integrante de um coletivo social. Desse modo, é fundamental destacar que a obra literária não se limita a ser uma mera reprodução do real; ela não é intrinsecamente documental (Silva, 2021).

Se assim fosse, não ofereceria ao leitor nenhum novo aspecto para reconsiderar em sua realidade. Ao distanciar-se da vida concreta, a literatura possibilita ao sujeito uma reformulação de sua percepção, permitindo-lhe visualizar a totalidade da vida através da unidade entre o cotidiano e o movimento histórico. Dessa forma, contribui para uma autopercepção do indivíduo como parte de uma unidade social maior (Alves; Vreeswijk, 2022).

A literatura descobre a vida e, ao mesmo tempo, a crítica. No tocante à representação da

realidade na arte, é possível afirmar que ela reflete o cotidiano ao qual o homem pertence. Contudo, há que se destacar que o artista não pode criar um mundo completamente desfigurado da realidade objetiva, nem o retratar apenas conforme seus desejos, de maneira utópica e sem fundamentos sócio-históricos (Candido, 2006).

É necessário identificar o elemento mais representativo para relacioná-lo com o fenômeno imediato em sua historicidade, ou seja, “aquilo que reúne o fenômeno imediato à sua essência histórica. A criação literária, portanto, não deve ser meramente documental e mecânica; deve utilizar elementos imperceptíveis da realidade cotidiana para evidenciar as potencialidades e possibilidades da realidade objetiva” (Prado, 2023, p. 313).

Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade*, enfatiza que a literatura é mais do que um espelho da realidade; ela é um instrumento de descoberta e interpretação. Ao romper com moldes estrangeiros e criar uma linguagem única, escritores brasileiros como Machado de Assis transformaram a literatura nacional. Eles utilizaram a arte para não apenas representar a sociedade urbana, mas também para explorar as complexidades psicológicas e sociais de sua época (Candido, 2006). Esse processo de reformulação e inovação demonstra a capacidade da literatura de servir como um meio de investigação e compreensão da experiência humana, integrando elementos locais e universais (Stieven; Aquino, 2022).

Assim, a literatura brasileira evoluiu de uma dependência inicial de modelos estrangeiros para uma produção original que reflete as particularidades do Brasil. Este movimento de criação independente foi fundamental para a construção de uma identidade literária nacional, onde os escritores conseguiram dialogar com as transformações sociais e culturais do país. Ao incorporar e transformar influências externas, a literatura brasileira desenvolveu uma voz própria, capaz de criticar e reinterpretar a realidade nacional em suas múltiplas dimensões (Candido, 2006).

Uma abordagem relevante no campo da reflexão sobre a sociedade é questionar o propósito da representação artística. A arte não se limita ao entretenimento; a representação do todo social não é uma mera distração para o leitor, mas sim uma forma específica de trabalho. No contexto do modo de produção capitalista, a arte assume um novo papel, diferente da simples modificação do homem sobre a natureza para fins de sobrevivência e adaptação (Santana, 2023).

Nesse sistema, o trabalhador muitas vezes perde o contato direto com o produto de seu trabalho. Dessa maneira, destaca-se que a obra artística, portanto, assume a função de refletir a totalidade vivida, constituindo um trabalho livre, humano e autêntico. Ela se fundamenta na compreensão e na experiência coletiva, funcionando como uma crítica social das contradições

e angústias humanas (Martins; Costa; Nogueira, 2022).

Antonio Candido (2006) sublinha que a literatura vai além de ser um espelho da realidade; ela é um meio de descoberta e interpretação. Através de suas narrativas, a literatura permite ao leitor estabelecer conexões entre eventos individuais e a vida dos personagens, capturando a essência dos fenômenos históricos.

Com base nesse entendimento, a literatura desempenha duas funções principais: desfeticização da realidade, revelando ao homem o cotidiano em que está imerso, e humanização do sujeito, estabelecendo uma relação livre e autêntica entre o indivíduo e a sociedade (CANDIDO, 2006, p. 180).

Para Candido (2006), o romance não precisa necessariamente refletir fatos reais de forma literal, mas pode usar elementos estéticos que representam e extrapolam a realidade imediata. Um exemplo claro disso é o realismo artístico de Machado de Assis, que, por meio de suas obras, consegue representar as complexidades da sociedade urbana brasileira. Candido observa que a literatura não é apenas um reflexo estático da sociedade, mas uma ferramenta ativa de interpretação e crítica, ajudando a desvendar as camadas ocultas da realidade social.

Assim, a literatura, ao fornecer uma reformulação da realidade concreta, permite ao leitor visualizar a vida em sua totalidade, integrando o cotidiano ao movimento histórico. Dessa maneira, ela contribui para uma autopercepção do indivíduo como parte de uma unidade social maior. Assim, a criação literária, ao destacar elementos despercebidos da realidade cotidiana, evidencia as potencialidades e as possibilidades da realidade objetiva, oferecendo uma visão crítica e reflexiva da sociedade.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA ARTE REALISTA

O Realismo, enquanto forma de arte, combina, em uma unidade contraditória, a precisão objetiva da realidade social com a subjetividade dos conflitos humanos, aparência e essência. É nessa dialética que reside o cerne da vida, que não se encontra previamente na consciência, mas emerge da própria objetividade da realidade. Assim, há que se destacar que essa arte realista mantém uma íntima ligação com a vida social, pois seu ponto de partida não é um conceito abstrato, mas sim a vida cotidiana (Dias; Silva, 2023).

Esta conexão dialética entre aparência (a singularidade de um momento histórico específico, os fenômenos imediatos e mutáveis da vida, e as reações individuais diversas) e essência (as tendências mais profundas e universais que se manifestam de forma mais estável e representativa da humanidade) é crucial. O artista, ao observar a mobilidade dos fenômenos da

vida concreta, escolhe aquilo que transcende a aparência imediata, articulando-se à universalidade da práxis humana (Prado, 2023).

Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade* (1965), argumenta que a arte literária que focaliza o típico consegue desenvolver personagens singulares cujas experiências refletem coletivamente a realidade social, permitindo que a literatura reflita, critique e interprete a vida (Candido, 2006). Embora não se enquadre no realismo clássico, *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, exemplifica essa lógica: o personagem Fabiano, em sua singularidade, representa coletivamente o sertanejo explorado, revelando as tensões entre experiências individuais e condições sociais mais amplas (Candido, 2009).

De forma análoga, em *Torto Arado* (2019), Bibiana e Belonísia vivem histórias particulares, a vida na fazenda, as relações familiares, o trabalho exploratório e a espiritualidade ancestral, mas representam coletivamente o campesinato negro brasileiro contemporâneo, historicamente marginalizado. Através desses personagens, a narrativa descobre e critica a realidade social, permitindo ao leitor compreender as estruturas de exclusão fundiária, exploração laboral e desigualdade de gênero e raça, em consonância com o que Candido aponta sobre a função humanizadora e social da literatura.

A configuração estética da obra não se limita à “imagem do sujeito”, mas se refere à forma literária — à maneira como a narrativa organiza linguagem, vozes e símbolos para dar visibilidade a grupos silenciados. Em *Torto Arado*, essa estética se manifesta na multiplicidade de narradores, na oralidade e na inserção de cosmovisões afro-indígenas, que permitem que o romance articule denúncia social e expressão estética de maneira integrada. Assim, o particular (a trajetória individual de cada personagem) e o universal (a condição histórica e social do campesinato) se conectam, demonstrando a relevância da obra dentro da tradição do romance social brasileiro e a atualidade da perspectiva de Candido.

Antonio Candido, em *Literatura e Sociedade* (1965), argumenta que a literatura realista é capaz de representar as complexidades da vida social ao capturar as ações e os sentimentos humanos em um contexto objetivo. Ele destaca que a arte não deve apenas imitar a vida, mas também transformá-la, oferecendo uma reflexão crítica que revela a essência das experiências humanas (Candido, 2006). A configuração estética de uma obra literária, portanto, desempenha um papel fundamental ao mostrar a realidade em suas múltiplas dimensões, permitindo ao leitor uma compreensão mais profunda da condição humana (Alves; Vreeswijk, 2022).

A literatura, ao utilizar personagens e cenários realistas, consegue transcender a simples reprodução do cotidiano e abordar questões universais. Esta abordagem permite que os leitores se identifiquem com os personagens e suas lutas, percebendo a interconexão entre suas próprias

vidas e as tendências sociais mais amplas. Dessa forma, *Torto Arado* não apenas representa a vida do campesinato brasileiro, mas também a interpreta e a crítica, contribuindo para uma maior autopercepção e compreensão da sociedade, permitindo que o leitor perceba as estruturas sociais que moldam essas vidas (Navarro; Paula, 2021).

Candido enfatiza que a literatura tem o poder de descobrir e criticar a vida, promovendo uma autorreflexão que é essencial para a compreensão do indivíduo dentro de seu contexto histórico e social. Dessa maneira, ao utilizar a configuração estética para destacar a condição humana, a literatura realista oferece uma visão profunda e complexa da vida, revelando as contradições e potencialidades da experiência humana (Candido, 2006).

Ao promover o diálogo entre ficção e realidade, *Torto Arado* incorpora a história de pessoas que lutam pelo direito à terra, aproximando o romance do contexto histórico real e oferecendo um panorama das condições de vida dos trabalhadores rurais no século XX. No entanto, diferentemente do modelo realista clássico, que tende a apresentar a realidade de forma objetiva e cronológica, Itamar Vieira Júnior adota uma perspectiva decolonial ao centralizar vozes historicamente marginalizadas, como mulheres quilombolas e descendentes de trabalhadores escravizados.

A obra utiliza múltiplas vozes narrativas, rememoração e oralidade para reconstruir a história a partir da perspectiva desses sujeitos, questionando as narrativas hegemônicas e expondo as continuidades do racismo estrutural e da desigualdade fundiária. Assim, o romance não apenas reflete a realidade social, mas também reescreve a história a partir de um ponto de vista subalterno, promovendo uma leitura crítica e decolonial da experiência rural brasileira.

Ao relacionar a questão fundiária ao foco narrativo e às trajetórias das personagens femininas, o romance revela uma perspectiva crítica sobre a propriedade privada no Brasil, as relações de ocupação territorial e seu entrelaçamento com o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Como afirma Roberto Schwarz (2000, p. 34), “a forma literária não é neutra: ela é uma solução imaginária para contradições reais”, o que reforça como *Torto Arado* articula estrutura estética e tensões sociais.

Além disso, destaca-se a linhagem de mulheres retratadas na narrativa, cujas histórias evidenciam uma relação conflituosa, exploratória e, ao mesmo tempo, resistente com a terra. Essas trajetórias demonstram uma vivência marcada pela luta, mas que também abrem novas perspectivas e significados para a região de Água Negra, rompendo o silenciamento e a invisibilidade histórica. Nesse sentido, como lembra Alfredo Bosi (1992, p. 31), “a literatura é uma forma de conhecimento que resgata a experiência silenciada”, apontando para uma nova

forma de relação com a terra — na qual a existência com dignidade se afirma como fato social inegável (Silva, 2021).

Em suma, a literatura realista, conforme discutido por Antonio Candido (2006), exerce um papel essencial ao captar e criticar a complexidade da vida social por meio de uma configuração estética que reflete tendências históricas e humanas. Para Candido (2006, p. 244), “a literatura é um direito, pois amplia a experiência humana, socializando sonhos, conflitos e esperanças”. Esse aprofundamento permite ao leitor compreender, de forma mais ampla, a condição humana e a realidade social.

No próximo capítulo, será explorada a questão da terra no romance brasileiro, um tema que evidencia as tensões e dinâmicas fundamentais para a construção da identidade nacional e para as narrativas literárias do país, diálogo que, como aponta Williams (1979, p.20), revela “a literatura como parte viva de uma totalidade cultural em movimento”.

CAPÍTULO 2: O TEMA DA TERRA NA LITERATURA BRASILEIRA

A Idade Moderna é marcada pelo surgimento de obras como “A Divina Comédia”, de Dante, e “Dom Quixote”, de Cervantes, que sinalizam uma nova era em que a literatura começa a se afirmar como uma forma de arte autêntica, estabelecendo seu próprio discurso. Esta expressão literária não apenas se distingue das outras formas de arte, mas também passa por um processo de universalização, impulsionada pela cultura europeia e sua expansão mercantilista (Carreira, 2021).

Com a disseminação global de sonetos, epopeias e peças teatrais de autores como Shakespeare e Camões, a produção intelectual europeia torna-se um bem comum global, refletindo a interdependência crescente entre as nações. Em “Literatura, terra, projeto de nação”, Corrêa *et al.* (2019) discute como a literatura europeia funcionou tanto como uma ferramenta de colonização quanto como uma força civilizadora.

A europeização do mundo e a universalização do capital consolidaram uma visão eurocêntrica dos povos brasileiros, caracterizados como selvagens, exóticos e bárbaros, ao mesmo tempo que fomentaram uma produção literária marcada por essa perspectiva. O Brasil, nesse contexto, era visto como uma mercadoria para ser consumida pelos colonizadores, e sua identidade nacional foi construída dentro de limites estereotipados (Alves; Vreeswijk, 2022).

A formação da literatura brasileira, portanto, oscilou entre a afirmação dos moldes colonizadores europeus e a exploração de elementos locais e autênticos que definiram o novo país. Assim, salienta-se que a escassez de modelos literários disponíveis devido à predominância das obras europeias fez com que o Brasil seguisse principalmente essas formas importadas, enquanto a produção indígena, predominantemente oral, não conseguia rivalizar com a literatura imposta pelos colonizadores (Scalia, 2021).

Embora as formas de expressão nacional fossem influenciadas pela Europa, elas incorporaram elementos locais que foram moldados pela experiência concreta da colonização. Os escritores brasileiros enfrentaram a tarefa monumental de criar uma literatura nacional que refletisse a realidade local e consolidasse um sistema literário próprio. Durante o período colonial, o nativismo destacou as características naturais do país, enquanto o romantismo, no período de independência, exaltou e idealizou os indígenas, buscando documentar e glorificar a nação (Silva, 2021).

Esse esforço literário visava combater o sentimento de colonização e dependência que permeava a produção artística brasileira. Com isso, a literatura brasileira passou a focar em temas locais e na natureza, como forma de resistir à hegemonia cultural europeia e afirmar uma

identidade nacional distinta. O período da “consciência amena do atraso” na literatura brasileira, marcado pela visão romântica que destacava as riquezas naturais como um meio de superar a condição econômica do país, evoluiu para uma “consciência catastrófica” da situação do Brasil como uma nação colonizada e subdesenvolvida (Stieven; Aquino, 2022).

Esta transformação levou os escritores a uma compreensão mais profunda das estruturas sociais e econômicas que definem a realidade brasileira. Como resultado, a literatura passou a ser trabalhada de maneira mais livre e estética, não se restringindo apenas à representação da cor local ou às discussões diretas sobre as diversas vivências sociais. Nesse contexto, as elaborações estéticas tornaram-se mais sofisticadas e o sistema literário, mais complexo (Costa, 2023).

O romance desempenhou um papel crucial na construção da imagem do Brasil como uma unidade. Os esforços dos autores românticos em apresentar o país aos próprios brasileiros contribuíram para o ideal de nação, atravessando todas as regiões e revelando as realidades diversas do território nacional. Assim, a literatura foi gradualmente ocupando todo o território, representando o povo e a terra de forma literária, universalizando o regional (Rodrigues, 2021).

À medida em que os escritores perceberam o caráter ilusório da promessa de um futuro nacional soberano, reconhecendo a impossibilidade dessa promessa se concretizar, a literatura consolidou-se como um sistema autônomo. Este reconhecimento permitiu que a literatura brasileira evoluísse, incorporando influências externas e promovendo reformulações internas baseadas em modelos nacionais anteriores, como exemplificado por Machado de Assis (Santana, 2023).

Assim, mesmo sem alcançar a soberania idealizada, o sistema literário brasileiro firmou-se, refletindo maturidade e complexidade crescentes. O processo formativo desse sistema literário foi caracterizado pela presença de personagens populares estereotipados e idealizados, que contribuíram significativamente para a exotização desses personagens e para a representação da natureza como um elemento constitutivo do imaginário nacional (Costa, 2023).

Essas representações estavam imbuídas de uma visão eurocêntrica do colonizador, que via a simbiose entre natureza e terra como um traço definidor do Brasil. Esta relação simbiótica foi uma marca tanto do arcadismo quanto do romantismo, que colocavam esses elementos no centro de suas narrativas (Martins; Costa; Nogueira, 2022).

Ademais, é importante destacar que o regionalismo romântico não se deu de forma homogênea. Ele refletiu a diversidade cultural e geográfica do Brasil, permitindo que diferentes regiões expressassem suas particularidades através da literatura. Esta diversidade regional foi

fundamental para a construção de uma identidade nacional complexa e multifacetada (Sacramento, 2023).

Como Antonio Candido (2006) argumenta, a literatura brasileira desempenhou um papel essencial na formação da identidade nacional, utilizando o romance para explorar e revelar as tensões sociais e econômicas que moldaram o país. Na obra *Literatura e Sociedade*, de Antonio Candido, observa-se uma análise detalhada de como a literatura regionalista brasileira contribuiu para a formação da identidade nacional ao retratar de forma detalhada as especificidades culturais, sociais e econômicas de determinadas regiões.

Em *Vidas Secas* (1938), Graciliano Ramos apresenta o cotidiano árido e a luta pela sobrevivência no sertão nordestino, revelando as estruturas de opressão e a marginalização dos trabalhadores rurais. Essa perspectiva crítica do regionalismo se aproxima de *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, que também explora a vida no campo, a relação das famílias com a terra e os impactos históricos da escravidão e da exclusão social.

Assim, ambas as obras utilizam a literatura como instrumento para refletir as dinâmicas sociais e históricas brasileiras, transformando experiências locais em narrativas com valor estético e social nacional.

O sertanejo, figura central nessa literatura, é fundamental para a construção do projeto de nação e para a visão que se tem do Brasil, marcada pelo forte regionalismo. Essas representações tipificadas do sertanejo, muitas vezes idealizadas e romantizadas, fornecem um fragmento significativo do imaginário nacional, destacando aspectos como a pureza, a ingenuidade e o isolamento rústico (Pellegrini, 2018).

No entanto, essa idealização contrasta com as diversas descrições do sertão, que variam de “lugar edênico a infernal, de povoado por indivíduos altos e honrados a bandidos e demônios, passando por homens destituídos de seus direitos de serem homens, para onde os bandeirantes e os sem-lugar se dirigem”. Apesar das diferentes representações, o sertão é consistentemente descrito como isolado e distante, com fronteiras indefinidas (Sacramento, 2023).

Durante o período romântico, a idealização do indígena como símbolo da identidade nacional foi proeminente. Essa imagem exótica e integrada à natureza, perpetuada pelos autores românticos, contribuiu para a desumanização histórica do indígena, transformando-o em um herói nacional dentro do indianismo romântico. Além do indígena, outras figuras, como o sertanejo, o gaúcho, o cangaceiro, o escravo e personagens urbanos, foram incorporadas ao regionalismo romântico, frequentemente de maneira estereotipada e caricatural (Silva, 2021).

Esse tratamento influenciava a visão da nação que esses tipos representavam. Conforme Corrêa *et al.* (2019), Machado de Assis, através de sua representação realista, desafia essa

estética pitoresca e estereotipada, propondo um projeto de nação que vai além do regionalismo padronizado e oferece uma literatura urbana que rompe com os ideais romantizados. No século XX, observa-se uma ruptura com o regionalismo pitoresco e ufanista, embora alguns traços ainda persistam no modernismo de 1922.

A construção exótica dos tipos populares brasileiros é desfeita no romance social da década de 1930, emergindo como uma necessidade histórica que busca renovar e questionar a ideologia do progresso. Essa nova abordagem baseia-se na realidade concreta do país, reconhecendo a nação como colonizada, subdesenvolvida e dependente (Pellegrini, 2018). Candido destaca como essa mudança crítica na literatura reflete uma maior consciência social e política, promovendo uma representação mais fiel e complexa da sociedade brasileira (Candido, 2006)

Antonio Candido (2006) analisa a evolução da literatura brasileira, especialmente no que se refere à transição das temáticas rurais para as urbanas, a partir da década de 1950. Nessa perspectiva, nota-se que dicotomias entre o campo e a cidade, que outrora dominavam os romances com temas ligados à natureza e à vida agrária, começam a desaparecer, cedendo lugar a representações mais urbanas.

Como aponta Pellegrini (2018, p. 105), “os conteúdos ligados ao 'pasto e à lavoura, à natureza e aos animais, à fecundidade ou aridez da terra, à singeleza e à força do caboclo, à religiosidade, ao clã familiar, ao folclore, narrativas de fundamento telúrico' dão lugar às temáticas mais urbanas”. Esse movimento é impulsionado pela industrialização e urbanização intensificadas durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, transformando os grandes centros metropolitanos em novos focos da ficção, apesar de “incharem e se deteriorarem”.

A inserção das classes populares na literatura urbana é um marco significativo trazido por autores como Dalton Trevisan e Rubem Fonseca, que, a partir das décadas de 1950 e 1960, começam a explorar os dramas e as violências da vida nas cidades. Suas narrativas rompem com a idealização dos personagens populares, apresentando uma visão crua e incisiva da realidade urbana. Com a ditadura militar (1964-1985), surge uma nova configuração social, refletida nas produções literárias da época (Silva, 2021). Nesse contexto, Regina Dalcastagnè, em *Literatura e Exclusão* (2017), oferece uma análise aprofundada da representação das classes populares na literatura brasileira contemporânea, destacando como a marginalização social e espacial dessas classes é refletida e contestada nas narrativas urbanas.

Esse período é marcado por uma busca por retratos inovadores do Brasil, enraizados em um nacionalismo que aspirava a uma sociedade mais igualitária, em contraste com os períodos

anteriores. No entanto, a censura imposta pelo regime restringe a crítica social, promovendo uma visão idílica e sem contradições do país. A estética literária desse período, conforme Candido destaca, está intrinsecamente ligada ao contexto social.

A urgência do momento histórico demandava uma literatura que informasse e conscientizasse o povo sobre a situação do país, mais do que proporcionar um mero prazer estético. Assim, a literatura se configura como um ato de resistência e subversão, um mecanismo crucial de informação e denúncia social (Pellegrini, 2018). A relação entre o universal e o particular é essencial para entender a formação da literatura brasileira e a quebra das representações estereotipadas dos personagens populares (Soares, 2023).

A tradição e humanidade foram fundamentais para o projeto de construção da nação. A transição dos temas telúricos para as temáticas urbanas não diminui a importância da literatura regionalista na identidade brasileira. Pelo contrário, essa literatura foi crucial para apresentar o Brasil aos próprios brasileiros, ajudando a solidificar a identidade nacional através das descrições detalhadas dos tipos humanos e das formas de vida social tanto nas cidades quanto nos campos (Dias; Silva, 2023).

Candido (2017, p. 211) enfatiza que “quanto à matéria, o romance brasileiro nasceu regionalista e de costumes; ou melhor, pendeu desde cedo para a descrição dos tipos humanos e formas da vida social nas cidades e nos campos”. Assim, a literatura brasileira evoluiu ao longo do tempo, refletindo as mudanças sociais e econômicas do país. A transição das representações rurais para as urbanas nos romances do século XX exemplifica essa evolução, mantendo a literatura como um componente essencial na construção e na compreensão da identidade nacional (Candido, 2006).

Por exemplo, Graciliano Ramos, em *Vidas Secas* (1938), retrata de forma crítica a seca e a opressão social no sertão nordestino, evidenciando a exploração e a resistência dos trabalhadores rurais. Já Jorge Amado, em obras como *Capitães da Areia* (1937) e *Terras do Sem-Fim* (1943), aborda a desigualdade social e a luta por terra e direitos, combinando crítica social e narrativa envolvente. Com a urbanização, autores como Érico Veríssimo em *O Tempo e o Vento* (1949) e José Lins do Rego em *Fogo Morto* (1943) exploram a transição do mundo rural para o urbano, analisando as tensões entre tradição e modernidade, além das transformações econômicas e sociais que marcam o Brasil do século XX.

2.1 DO SERTÃO À CIDADE: A TRANSFORMAÇÃO DO ROMANCE BRASILEIRO

Na análise de Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* (2006), a simbologia da terra no contexto brasileiro é multifacetada e evolui significativamente ao longo do tempo. Inicialmente, a terra é vista como um símbolo de poder e dominação colonial. Após o descobrimento, o Brasil se estrutura como um vasto latifúndio português, onde a terra se torna a principal mercadoria e fonte de status para a metrópole. Esta relação de poder é refletida nas primeiras crônicas e poesias que exaltam o território brasileiro com finalidades exploratórias.

Com o advento do arcadismo, a percepção da terra começa a se transformar. Esta escola literária questiona a exploração colonial e introduz uma nova estética que contrasta o localismo brasileiro com o cosmopolitismo europeu. Como observa Corrêa *et al.* (2019), a literatura árcade destaca as diferenças entre a representação da natureza no Brasil e os moldes europeus, propondo uma reflexão sobre a identidade nacional emergente.

A independência do Brasil traz uma nova perspectiva sobre a terra, agora vinculada ao ideal de soberania nacional. As produções literárias ufanistas do período enfatizam a valorização dos recursos naturais e a tentativa de superar a condição colonial e subdesenvolvida em relação à Europa. Nesta fase, a terra adquire uma presença tão marcante que quase se torna um personagem dentro da literatura (Navarro; Paula, 2021).

Além disso, a terra é frequentemente associada ao corpo feminino nativo, imbuída de uma sensualidade que a transforma em mercadoria. No entanto, a dissociação dos produtos da terra do trabalho humano que os produz é uma constante na literatura, refletindo uma invisibilização do esforço e da exploração dos trabalhadores. O conto “A enxada”, de Bernardo Élis, exemplifica essa invisibilidade ao fundir o personagem Supriano com a terra, de modo que não há distinção entre homem, trabalho e produto.

A obra denuncia as condições desumanas e degradantes enfrentadas pelo trabalhador rural no Brasil. A representação da terra na literatura brasileira é crucial para entender o processo formativo do país. Embora os personagens populares, que simbolizam a essência da terra brasileira, tenham encontrado seu espaço na literatura, retratando aqueles que cultivavam, cuidavam e habitavam o solo, eles raramente eram reconhecidos como proprietários legítimos dessa terra (Martins; Costa; Nogueira, 2022).

A expropriação e a falta de direitos sobre a terra refletem as profundas desigualdades sociais e econômicas do país, que Candido aborda ao analisar como a literatura serve tanto para espelhar quanto para questionar essas realidades. Assim, a evolução da representação da terra na literatura brasileira não apenas traça a trajetória histórica do país, mas também revela as

complexas relações de poder, exploração e identidade que moldaram e continuam a moldar o Brasil (Alves; Vreeswijk, 2022).

A questão da terra é inseparável da análise do sistema capitalista e suas contradições históricas, como evidencia Antonio Candido em *Literatura e Sociedade*. A formação histórica dos latifúndios no Brasil, bem como a consolidação da propriedade privada, está intrinsecamente ligada à exploração e subordinação do trabalhador. Essa relação é frequentemente retratada na literatura brasileira, onde a condição subalterna do trabalhador e as disputas fundiárias são temas recorrentes (Carreira, 2021).

Autores como Euclides da Cunha, Lima Barreto e Monteiro Lobato abordam a miséria e as reivindicações territoriais em suas obras, destacando a desigualdade e a injustiça social. A perpetuação da propriedade latifundiária no Brasil, mesmo sem cumprir sua função social, é garantida por respaldos jurídicos e proteções privadas. Segundo Fábio Zeneratti (2017), o latifúndio é definido como qualquer porção de terra que não desempenha seu papel social, ultrapassando limites produtivos e adquirindo uma dimensão econômica, social e ambiental. Apesar da tentativa de suprimir o termo do vocabulário de grupos socioeconomicamente privilegiados, um estudo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) revela a continuidade e influência desses grupos na legislação vigente.

Para compreender a relação entre literatura e terra no Brasil, é necessário considerar os elementos constitutivos da história do país. A análise fundamentada na realidade concreta permite uma formulação abrangente do todo social, possibilitando uma percepção crítica da sociedade e do processo de formação do Brasil como uma nação colonizada (Zeneratti, 2017).

As leis e os conflitos entre classes sociais fornecem a base para que a literatura explore elementos substanciais da realidade cotidiana, refletindo as potencialidades e contradições do mundo concreto. A legislação brasileira desempenha um papel crucial na compreensão do desenvolvimento dos latifúndios e, por extensão, nas produções literárias que intensamente representam os dilemas e contradições da sociedade brasileira. Nesse sentido, diversos autores, em diferentes momentos da história literária, apontaram as desigualdades sociais ligadas à questão agrária: desde o regionalismo de Graciliano Ramos em *Vidas Secas*, passando por Jorge Amado em romances como *Terras do Sem-Fim*, até chegar a Itamar Vieira Júnior em *Torto Arado*. Em comum, essas obras denunciam a permanência do latifúndio e de suas consequências sociais, transformando em matéria estética aquilo que, no plano jurídico e político, se revela como conflito fundiário e exclusão social.

Como discute Corrêa et al. (2019), o estudo das leis é essencial para entender a relação entre terra e literatura, uma vez que a literatura, frequentemente, utiliza a realidade legislativa

e social como pano de fundo para suas narrativas. Esse exame crítico revela como a literatura não apenas reflete a sociedade, mas também serve como um meio de denúncia e conscientização das desigualdades e injustiças enraizadas na estrutura fundiária do país.

Em *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, essa dimensão se evidencia na representação das comunidades camponesas que, mesmo após gerações de trabalho, permanecem sem direito à terra, submetidas a regimes de exploração que remetem ao passado escravista. A obra transforma em matéria estética aquilo que o Direito define como função social da propriedade, expondo a distância entre o princípio jurídico e a realidade concreta. Assim, a literatura atua como espaço de resistência e crítica, ampliando a compreensão das tensões fundiárias brasileiras para além da letra da lei.

Assim, a literatura brasileira se configura como um espaço de reflexão sobre a realidade social, em que temas como a terra e as relações de poder, exploração e resistência fornecem condições para a construção do texto literário, sem que a obra se limite a uma simples transposição da realidade. Conforme assinala Antônio Cândido (1983, p. 29), o social se encontra no interno do texto, influenciando a configuração da narrativa e permitindo que a literatura combine dimensão estética e análise crítica da sociedade.

Nesse sentido, romances como *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, transformam conflitos agrários e desigualdades históricas em matéria literária, articulando memória, linguagem e narrativa para produzir uma obra que é, simultaneamente, estética e socialmente significativa. Ao abordar a terra, os escritores brasileiros contribuem para uma compreensão mais profunda das estruturas sociais e econômicas que moldam a vida no país, alinhando-se com a visão de Antonio Candido sobre a função social da literatura.

A compreensão da questão fundiária no Brasil, marcada desde o período das sesmarias e consolidada pela Lei de Terras de 1850, é fundamental para entender como a literatura denuncia historicamente as desigualdades no acesso à terra². Antonio Candido, em *Literatura*

² A questão da propriedade e do acesso à terra no Brasil remonta ao período das sesmarias, quando a terra não era comercializada, mas concedida pela Coroa Portuguesa a fidalgos e homens de influência política e econômica. Nessa perspectiva, salienta-se que esse sistema inicial já demonstrava a exclusão dos trabalhadores do direito à terra, estabelecendo uma base de desigualdade que persistiu ao longo da formação do país. Com o avanço do capitalismo, mesmo após a promulgação de leis como a Constituição Imperial Brasileira de 1824, que defendia direitos civis e políticos, e a Lei de Terras de 1850, que regulamentava a propriedade privada, os camponeses continuaram sem acesso ao título de propriedade. Segundo Marés (apud ZENERATTI, 2017, p. 445), as leis anteriores promulgadas pelo rei de Portugal foram legitimadas e mantidas. A Lei de Terras de 1850 estabelecia que a posse da terra dependia da capacidade financeira para adquiri-la, vinculando a propriedade privada às relações de produção capitalistas que sustentavam esses direitos. Nessa perspectiva, há que se destacar que a elite rural, organizada para controlar e manter seu poder, continuou a dominar a propriedade fundiária, agora sob a forma de títulos de posse (ZENERATTI, 2017). Definir o latifúndio como uma expressão do capitalismo permite observar as contradições inerentes a este sistema, como evidenciado pelo Estatuto da Terra de 1964, criado durante o regime militar. Embora o estatuto prevísse uma reforma agrária, seu verdadeiro propósito era apaziguar as

e *Sociedade*, ressalta que a literatura brasileira evolui dentro desse contexto de desigualdade e exploração. A formação do sistema literário brasileiro reflete a realidade de um país onde a terra foi transformada em mercadoria e todas as relações foram hegemônicas pelo capital.

A literatura, nascida no seio dessa dependência cultural, não conseguiu construir uma nação soberana com direitos básicos assegurados para todos. A distribuição desigual de renda e bens culturais, a falta de uma reforma agrária efetiva e a permanência de uma história elitista, escravagista e latifundiária são temas recorrentes nas produções literárias (Candido, 2006).

A relação entre terra e literatura é, portanto, uma relação de direitos não efetivados. Conforme Corrêa *et al.* (2019, p. 54), “essa literatura, que, ao longo da sua formação como sistema, ocupava literariamente a terra, também é território em disputa e deve chegar às mãos daqueles a quem ela se destina”. A literatura brasileira, ao retratar a luta pela terra e os conflitos sociais decorrentes, não apenas documenta a realidade, mas também se posiciona como um espaço de resistência e denúncia. Dessa forma, a literatura se torna uma ferramenta crítica para compreender as estruturas de poder e desigualdade que permeiam a sociedade brasileira.

2.2 AS RELAÇÕES ENTRE A LITERATURA E O DIREITO A PARTIR DO TEMA DA PROPRIEDADE EM *TORTO ARADO*

A literatura possui a notável capacidade de explorar tanto o possível quanto o impossível, abrangendo o que já foi e o que ainda pode ser. Ao leitor são deixadas lacunas a serem preenchidas, incentivando a busca por explicações ou indícios de possíveis soluções para suas inquietações. Nesse contexto, Candido (2006), em sua obra *Literatura e sociedade*, afirma que há uma constante relação entre a vida social e a obra de arte.

Para este crítico literário, literatura e vida social, “fatores internos” e “fatores externos” não seguem caminhos paralelos sem nunca se encontrarem; ao contrário, eles se combinam de forma dialética. O elemento externo é internalizado na obra literária, adquirindo uma nova configuração estética.

A representação da sociedade em uma obra literária não deve ser vista como um simples reflexo das questões sociais (Candido, 2006). Ela se integra à literatura, sem ocupar uma posição hierarquicamente superior ou inferior aos demais componentes textuais. O social, ao ser abstraído pelas estruturas e formas narrativas, torna-se orgânico. Sob essa perspectiva, a produção literária não é apenas uma imitação da realidade social, mas uma reinvenção estética

reivindicações dos trabalhadores sem implementar mudanças significativas, servindo apenas como uma estratégia de controle pelos latifundiários (DIAS; SILVA, 2023).

que permite novas interpretações e compreensões da experiência humana (Martins; Costa; Nogueira, 2022).

Dessa forma, entende-se que:

[...] uma análise deste tipo, podemos dizer que levamos em conta o elemento social, não exteriormente, como referência que permite identificar na matéria do livro a expressão de uma certa época ou de uma sociedade determinada; nem como enquadramento, que permite situá-lo historicamente; mas como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo. Neste caso, saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação estética que assimilou a dimensão social como fator de arte. Quando isto se dá, ocorre o paradoxo assinalado anteriormente: o externo se torna interno e a crítica deixa de ser sociológica, para ser apenas crítica. O elemento social se torna um dos muitos que interferem na economia do livro, ao lado dos psicológicos, religiosos, linguísticos e outros (Candido, 2006, p. 7).

Nesse contexto, conforme argumenta Candido (2000, p. 6), o elemento externo, particularmente o social, é relevante não como causa ou significado em si, mas como um componente que desempenha um papel crucial na organização da estrutura interna da obra. Portanto, a relação entre “obra de arte” e “vida social” não pode ser unidimensional; deve ser bidirecional, onde ambas se influenciam mutuamente em um movimento intrincado e contínuo.

Ademais, a matéria de um romance, objeto de análise neste artigo, “não é mera expressão de emoções e experiências individuais. Pelo contrário, estas só se tornam artísticas quando, justamente em virtude da especificação que adquirem ao ganhar forma estética, conquistam sua participação no universal” (Adorno, 2003, p. 67). A crítica literária dialética proposta por Antonio Candido evidencia que o externo serve de base para o interno na obra literária, contribuindo para a composição do efeito artístico (Candido, 2006).

A literatura articula-se com o real através de um processo de referencialidade. Embora a literatura não seja uma cópia direta da história, é inegável que há uma intersecção histórica na literatura (Samoyalt, 2008). Seguindo essa linha de pensamento, a representação literária é uma forma de perceber e organizar o mundo social (Chartier, 1990). São os “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (Chartier, 1990, p. 19).

Assim, as delimitações, categorizações e classificações que estruturam a compreensão do funcionamento da sociedade devem ser vistas como representações. Estas representações são mobilizadas pela literatura ao retratar um determinado espaço, um tempo histórico específico ou uma estrutura social. O romance *Torto Arado* (2019), por exemplo, aborda o tema da função social da propriedade, utilizando-o como pano de fundo para oferecer representações de um determinado momento histórico e de uma sociedade daquela época.

Dessa forma, compreende-se que “a relação entre a vida social e a literatura é um tema

antigo, constantemente revisitado por historiadores. Estes ora se aproximam, ora se afastam da literatura como uma fonte confiável de verdades históricas” (Castro, 2018, p. 7). Nesse sentido, a literatura serve ao historiador como uma fonte que oferece representações de momentos históricos específicos (Pesavento, 1995).

O estudo e a análise dessas representações proporcionam “uma janela para a recuperação das formas de ver, sentir e expressar o real dos tempos passados” (Pesavento, 1995, p. 117). A interface entre literatura e direito apresenta uma oportunidade única para expandir o pensamento restritivo do direito positivado. A literatura, com sua capacidade de evocar diversas sensações e reflexões, oferece novas perspectivas sobre os sistemas jurídicos e suas particularidades.

Nesse contexto, a literatura torna-se essencial ao promover uma dinâmica de alteridade com o direito, sensibilizando advogados, juízes, promotores, serventuários da justiça e delegados a reconhecer e compreender as diversas vozes que clamaram por justiça, ocultas nas personagens e situações do universo ficcional. Assim, nota-se que a representação poética da realidade na literatura é uma fonte rica para debates, tanto no meio acadêmico quanto em outros espaços, facilitando a democratização das questões e temáticas pertinentes ao universo jurídico (Alves; Vreeswijk, 2022).

Portanto, a literatura se apresenta como uma valiosa fonte de conhecimento para os operadores e pesquisadores do direito, dado seu potencial imaginativo e criativo. Ela é profícua em informações e dados que podem revelar e iluminar falhas e injustiças, sejam estas de natureza política ou jurídica. Assim, o direito pode ser entendido como um produto de certa estética – visto aqui como uma produção textual repleta de significados e significações – o que o aproxima e o associa figurativamente à literatura, já que o texto jurídico, especialmente o texto legal, é uma construção de um dever ser ou um vir a ser (Silva, 2021).

Nesse contexto, torna-se evidente a relevância de estudar a interseção entre Literatura e Direito, considerando-se que ambas as áreas são instrumentos cruciais para a compreensão da cultura de uma sociedade e de seu povo, estabelecendo uma relação de mútuo enriquecimento. A Literatura opera dentro de um universo imaginário ou ficcional, enquanto o Direito emerge da realidade e dos fatos, mas ambos abordam problemáticas sociais (Santana, 2023).

Nessa perspectiva, salienta-se que a interdisciplinaridade proporcionada pela interação desses campos favorece a pesquisa, fundamenta teses e contribui para a prática e a educação jurídica de maneira reflexiva, crítica e humana, tratando cada caso particular com a devida atenção. A Literatura, por sua vez, oferece mecanismos essenciais para a compreensão do mundo, incluindo o universo jurídico e suas implicações (Santana, 2023).

Em particular, no que diz respeito à Literatura Brasileira, observa-se que ela tem se consolidado cada vez mais como uma fonte de pesquisa relevante para o Direito. A Literatura tem dado voz a muitas pessoas que foram ou são desprotegidas pelas leis e códigos do sistema jurídico. Este fenômeno promove o exercício da alteridade, permitindo que se coloque no lugar do outro, especificamente das personagens literárias que representam inúmeros brasileiros (Silva, 2021).

Assim, a Literatura, como arte, possibilita ao leitor e, particularmente, ao operador do Direito, adentrar ao universo ficcional das personagens e experienciar suas vidas. Esse exercício de imersão nas vidas das personagens permite ao operador do Direito preencher lacunas na busca por explicações ou indícios de possíveis soluções para suas inquietações. No romance, emergem camadas sociais, costumes, preconceitos, atitudes e sentimentos que refletem a época em que a narrativa se desenrola (Stieven; Aquino, 2022).

Literatura e Direito são campos de conhecimento com uma conexão intrínseca, ambos produtos sociais que, em determinados momentos, funcionam como reguladores da vida coletiva. A Literatura, por meio de textos, poesias e romances, reivindica direitos, denuncia situações abusivas e reflete sobre dramas humanos, como ocorreu nos textos produzidos durante a ditadura militar, em alguns romances de Jorge Amado ou ainda em *Antígona*, de Sófocles, que problematiza o direito ao corpo do irmão da protagonista ser enterrado em sua cidade. Já o Direito, em sua especificidade, busca garantir a coesão social a partir de leis fundamentadas em princípios de justiça e equidade.

A função social da propriedade, tema central no romance *Torto Arado* (2019), exemplifica um instituto jurídico que passou por diversas transformações até alcançar sua forma atual no ordenamento jurídico brasileiro. Conceitualmente, John Locke (1632-1704) afirmou que a propriedade só adquire valor quando o trabalho humano é aplicado à terra; sem tal aplicação, a terra não possui valor e pertence a todos que se encontram no estado de natureza (apud Hobbes, 2002, p. 138).

Assim, destaca-se que:

Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, ainda assim todo homem tem uma propriedade em sua própria pessoa. Ninguém tem direito algum sobre ela a não ser ele mesmo. O trabalho de seu corpo e a obra de suas mãos podemos dizer, são propriamente dele. Então, tudo o que ele retire do Estado que a natureza proporcionou, misturando-o ao seu trabalho e juntando-lhe algo que é seu, converte-se por isso em propriedade sua (Hobbes, 2002, p. 138).

Nesse contexto, a terra se converte em propriedade privada apenas quando o ser humano intervém nela através de seu trabalho para obter produção. Com a evolução do Direito, que

enfrenta o desafio contínuo de acompanhar as transformações sociais para evitar a ineficácia, surgiu uma corrente que se opôs à ilimitada força da propriedade privada e do indivíduo. Esta corrente trouxe a ideia inicial da destituição da propriedade privada em favor da propriedade estatal.

A disseminação do conceito de “função social da propriedade” é atribuída a Léon Duguit. Com essa concepção, entende-se que:

[...] da propriedade direito natural, fica-se ao mesmo tempo na impossibilidade de limitar o exercício do direito da propriedade. A propriedade individual deve ser compreendida como um fato contingente, produto momentâneo da evolução social; e o direito do proprietário, como justificado e ao mesmo tempo limitado pela missão social que lhe incumbe em consequência da situação particular em que se encontra (Tepedino; Schreiber, 2002, p. 22).

Nessa perspectiva, as concepções de propriedade discutidas anteriormente influenciaram as legislações de vários países, incluindo o Brasil. A partir de 1946, as constituições brasileiras começaram a incorporar a noção de função social da propriedade, mas foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que esse princípio foi elevado à categoria de direito e garantia fundamental (Martins; Costa; Nogueira, 2022).

Historicamente, no Brasil, a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 – conhecida como Lei de Terras – estabeleceu que a compra seria o único meio legal de acesso à terra: “art. 1º Ficam proibidas (sic) as aquisições (sic) de terras [...] por outro título que não seja o de compra” (Brasil, 1850). A Constituição Federal de 1934, por sua vez, estipulou que o direito à propriedade, embora individual, não poderia se opor ao interesse social ou coletivo. Isso significava que o uso da propriedade deveria estar condicionado ao bem-estar social:

Art. 113 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: [...]
(17) É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior (Brasil, 1934).

Na Constituição Federal de 1946, conhecida como constituição democrática, o caráter absoluto do direito de propriedade, que inclui uso, gozo e disposição do titular, foi relativizado. A partir desse documento, a função social passou a ser considerada parte integrante do conceito jurídico de propriedade, como evidenciado no texto constitucional: “art. 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para

todos” (Brasil, 1946).

Foi apenas na Constituição de 1967 que a expressão “função social da propriedade” apareceu explicitamente. Nesse texto constitucional, a função social da propriedade foi elevada ao status de princípio da ordem econômica e social: “art. 157 - A ordem econômica tem por fim realizar a justiça social, com base nos seguintes princípios: [...] III - função social da propriedade” (Brasil, 1967). Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o ordenamento jurídico brasileiro incorporou o princípio da “função social da propriedade”, o que teve reflexos em várias leis infraconstitucionais subsequentes.

Nesta Carta Magna, o princípio da “função social da propriedade” foi elevado ao rol de direitos e garantias fundamentais, além de ser consagrado como um princípio da ordem econômica:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

[...]

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade (Brasil, 1988).

A Constituição de 1988, ao abordar o instituto jurídico da propriedade e sua função social, dedicou um capítulo específico para tratar das questões agrárias, estabelecendo critérios detalhados para garantir o cumprimento da função social da propriedade:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Brasil, 1988).

À luz desse contexto, torna-se evidente que a função social da propriedade integra dois aspectos fundamentais: o social e o econômico. Ambos são igualmente importantes e complementares no conceito de “função social da propriedade”, com o bem-estar coletivo assumindo primazia sobre interesses individuais. Assim, a função social da propriedade visa ao bem-estar coletivo em sua acepção mais abrangente, relegando o interesse individual a um

plano secundário (Dias; Silva, 2023).

Nesse cenário, a combinação de elementos jurídicos no plano narrativo de um romance confere unidade ao texto literário. O elemento externo, ao ser incorporado à obra, passa a fazer parte de sua estrutura estética. O escritor, particularmente o romancista, transforma a realidade que percebe, decompondo e recombina-a em suas obras, oferecendo aos leitores uma interpretação única e subjetiva, distante de ser uma simples reflexão ou cópia do real (Dias; Silva, 2023).

Portanto, é essencial analisar a influência do meio social sobre a obra de arte e, reciprocamente, o impacto da obra sobre o meio social. A literatura, enquanto narrativa, “tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo” (Pesavento, 2006). No caso de *Torto Arado* (2019), o romance evidencia o conceito de propriedade a partir da noção de função social, mostrando como a terra se configura não apenas como recurso econômico, mas também como elemento central na vida, memória e resistência das comunidades negras rurais.

Essa perspectiva permite uma síntese retrospectiva do contexto jurídico brasileiro — desde as leis coloniais e a Lei de Terras de 1850 até o Estatuto da Terra — sem transformar o capítulo em uma análise jurídica, mantendo o enfoque na produção literária e nas relações sociais representadas no romance.

CAPÍTULO 3: O TEMA DA TERRA, PROPRIEDADE E NEGRITUDE EM *TORTO ARADO*

No romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Júnior, o conceito de tempo é retratado como uma experiência tangível e um canal para o fluxo da memória. A obra permite uma evocação do passado por meio da vivência coletiva, explorando a “capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando-se da perda total.” (Nora, 1993, p.12). A narrativa utiliza a rememoração para entrelaçar histórias ancestrais com o presente, apresentadas por vozes femininas que relatam a trajetória de luta e resistência (Prado, 2023).

Essa articulação pode ser percebida, por exemplo, nas memórias evocadas por Bibiana e Belonísia, que, ao recordarem a história da família e a relação com a terra, revelam como o passado de escravidão e exploração ainda molda o presente das comunidades camponesas. A lembrança das gerações anteriores, como as narrativas sobre a avó Donana, guardiã de saberes ancestrais, conecta o vivido ao não-vivido pelas narradoras, reforçando a presença do tempo coletivo na experiência individual. Dessa forma, a obra traduz esteticamente o que Nora (1993) aponta: a memória como um lugar de resistência contra o esquecimento, em que o tempo não é apenas cronológico, mas vivido e transmitido como herança cultural e identitária.

A obra trata da expropriação de terras, a exploração de produtos agrícolas como meio de sobrevivência, a perda de dignidade e direitos básicos, a exploração de trabalho em condições análogas à escravidão, o uso do conhecimento tradicional como as ervas medicinais e a ancestralidade marcada por questões raciais e religiosas. O romance é estruturado em três partes: “Fio de Corte”, “Torto Arado” e “Rio de Sangue”.

A narrativa é conduzida por três personagens femininas: Bibiana, Belonisia e Santa Rita Pescadeira. A história se passa no interior da Bahia, na região da Chapada Diamantina, e, embora o tempo não seja explicitamente indicado, referências sugerem que os eventos ocorrem nas décadas de 1970 e 1980. Na primeira parte, “Fio de Corte”, a narrativa é guiada pela voz de Bibiana, destacando a importância dos laços familiares e o respeito pelos mais velhos (Pereira, 2021).

Um episódio misterioso envolvendo Bibiana e Belonisia gera suspense, pois não fica claro qual das irmãs perdeu a língua, criando incertezas e expectativas que se desenrolam ao longo do capítulo. A trama revela gradualmente os cuidados prestados durante o acidente e a recuperação subsequente, além do desenvolvimento da comunicação entre as irmãs e o fortalecimento de sua relação (Alves; Vreeswijk, 2022).

Torto Arado não apenas apresenta uma história de resistência e luta, mas também enfatiza a resiliência e a preservação das tradições culturais e familiares em meio a adversidades

(Alves; Vreeswijk, 2022). Dessa forma, a obra de Itamar Vieira Junior é uma reflexão profunda sobre a memória coletiva e a resistência das comunidades marginalizadas na luta por seus direitos e dignidade. Isto pode ser observado no excerto a seguir:

Foi assim que me tornei parte de Belonisia, da mesma forma que ela se tornou parte de mim. Foi assim que crescemos, aprendemos a roçar, observamos as rezas de nossos pais, cuidamos dos irmãos mais novos. Foi assim que vimos os anos passarem e nos sentimos quase siamesas ao dividir o mesmo órgão para produzir os sons que manifestavam o que precisávamos ser (Vieira Junior, 2019, p. 24).

Bibiana manifesta um profundo desejo de transformar a vida de sua família, desejando romper com a exploração e as condições análogo à escravidão que marcam sua existência na fazenda Água Negra. Para isso, ela se torna professora, almejando um futuro que transcenda a realidade opressiva da fazenda. Esse objetivo começa a se materializar quando, devido a uma gravidez inesperada, ela deixa a fazenda com seu companheiro e primo, Severo.

No entanto, mesmo longe de Água Negra, Bibiana enfrenta situações análogas à escravidão, evidenciando que a exploração do trabalho é um fenômeno difundido e não restrito a um local específico. A narrativa da personagem inicia-se quando ela tem sete anos, e sua curiosidade infantil a leva, juntamente com sua irmã Belonisia, a encontrar a faca de marfim da avó Donana. Esse evento trágico e marcante sela os destinos das irmãs e redefine sua relação.

O amadurecimento de Bibiana e sua trajetória de vida estão intrinsecamente ligados à terra, uma conexão que é mediada ao leitor pela voz de Belonisia. Além disso, Bibiana se envolve profundamente com movimentos sociais, participando ativamente de atividades políticas. Esse engajamento reflete seu desejo de mudança e justiça social, indicando um vínculo forte entre sua evolução pessoal e a luta coletiva por direitos.

Belonisia, um ano mais jovem que Bibiana, mantém uma relação mais próxima com a terra. Nessa perspectiva, ao contrário de sua irmã, ela não se interessa pelo magistério, sentindo que o currículo escolar não reflete sua realidade vivida. Ela permanece na fazenda ao longo de toda a narrativa, ganhando certa autonomia após a saída de Bibiana, que até então era seu canal de comunicação com o mundo exterior.

Através da perspectiva de Belonisia, o leitor acessa a história ancestral da família, incluindo figuras como Salu, Vó Donana e Zeca Chapéu Grande. As narrativas de Belonisia são construídas a partir das memórias transmitidas por outros e de suas próprias experiências, transformando-a em uma espécie de cronista da história de seu povo. A voz de Belonisia é fundamental para compreender as tradições e as lutas de sua família, servindo como uma ponte entre o passado e o presente.

Sua narrativa oferece uma visão íntima e detalhada das vivências e resistências dos

personagens, revelando a complexidade de suas relações com a terra e com as estruturas de poder que os oprimem. Assim, a história de Belonisia e Bibiana não é apenas uma saga familiar, mas também uma reflexão profunda sobre a resistência e a luta por dignidade e justiça social. Na parte final do romance, intitulada “Rio de Sangue”, a narrativa é conduzida pela voz de Maria Rita Pescadeira, uma figura encantada que tem uma presença onipresente desde a época dos antepassados.

Sua perspectiva oferece uma visão abrangente sobre os ciclos da terra, marcados tanto pela seca quanto pela abundância, refletindo sua onisciência. Nesta seção, a religiosidade e a ancestralidade se destacam ainda mais entre os habitantes da fazenda. Zeca Chapéu Grande, um guia religioso do jarê, uma religião de matriz africana da Chapada Diamantina, desempenha um papel crucial como mediador dos conflitos entre os quilombolas.

A longa história de ocupação da terra permite a entidade acompanhar de perto a luta dos povos negros, suas reivindicações e os silenciamentos que enfrentaram: “Muitos nunca estiveram conformados com os interditos, mas durante muito tempo foi necessário permanecer quieto e submisso para garantir a sobrevivência. Agora falam em direito dos pretos, dos descendentes de escravos que viveram errantes de um lugar para o outro” (Vieira Junior, 2019, p. 212).

Ao explorar a questão da terra por meio do foco narrativo, o romance oferece uma visão abrangente sobre a ocupação dos espaços, onde os corpos são vistos apenas como fornecedores de mão de obra. “Que os donos não se importavam de abrigar mais gente, que queriam apenas que fosse de trabalho e não reclamasse da labuta. Gente que suasse de sol a sol, de domingo a domingo” (Vieira Junior, 2019, p. 182).

A ausência de habitação própria e de direitos sobre a terra é evidente, e há um esforço contínuo para perpetuar e restringir os vínculos dos trabalhadores com a terra, mantendo-os exclusivamente na esfera da exploração laboral. Na fazenda Água Negra, os trabalhadores não recebem salário; a remuneração é o direito de construir uma casa simples (não permitindo construções de alvenaria) e produzir o mínimo necessário para a sobrevivência.

Não há regulamentação das leis trabalhistas e nem propriedade sobre o local, apesar de os trabalhadores construírem sua identidade ali. “Podem trabalhar, mas a terra é dessa família por direito. Os donos da terra eram conhecidos desde a lei de terras do Império, não havia o que contestar” (Vieira Junior, 2019, p. 183).

Os habitantes de Água Negra estão cientes da exploração que sofrem, mas não têm poder sobre a terra para contestar as ações tirânicas dos proprietários. Observa-se também uma resistência individual, que posteriormente se transforma em uma luta coletiva, tornando-os mais

articulados contra a opressão. Belonisia, em particular, expressa sua revolta e a resposta possível às condições impostas: a preferência por alimentar os animais em vez de ceder aos latifundiários.

Esse cenário se torna evidente no trecho: “mas se desse para dar aos animais, eu dava, só para não deixar que ele levasse meu suor, minhas dores nas costas, meus calos nas mãos e minhas feridas nos pés, como se fosse algo seu” (Vieira Junior, 2019, p. 182). Em outro trecho, nota-se a indignação diante do silenciamento e dos abusos cometidos, seguida pela percepção de que não há espaço para reivindicações de direitos.

A última parte do romance não só revela a contínua exploração e resistência dos personagens, mas também destaca a importância da memória coletiva e da espiritualidade na luta por justiça e dignidade. Maria Rita Pescadeira, como narradora onipresente, simboliza a conexão profunda entre os antepassados e a luta atual, enfatizando a continuidade da resistência e a esperança de um futuro mais justo para os descendentes dos quilombolas:

Mas as batatas do nosso quintal não são deles, alguém dizia, “eles plantam arroz e cana. Levam batatas, levam feijão e abóbora. Até folhas pra chá levam. E se as batatas escolhidas estiverem pequenas fazem a gente cavoucar a terra para levar as maiores”. disse Santa, arregalando os olhos para mostrar sua revolta. Que usura! Eles já ficam com o dinheiro da colheita do arroz e da cana” [...] Mas a terra é deles. A gente que não dê que nos mandam embora. Cospem e mandam a gente sumir antes de secar o cuspo (Vieira Junior, 2019, p. 45).

O ciclo de exploração que atravessa gerações na obra *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, destaca a contínua expropriação do direito à terra que marca a história da família de Belonisia e Bibiana. Nessa perspectiva, há que se evidenciar que desde os antepassados até a atualidade, observa-se uma perpetuação desse ciclo, levantando questionamentos sobre a abolição efetiva da escravidão no Brasil (Vieira Junior, 2019, p. 22).

Esse curso histórico-social, que mantém estruturas subalternizadas, permite uma análise crítica sobre a apropriação de terras no Brasil, desde o período das sesmarias. O sistema social foi estruturado para impedir que grupos minoritários tivessem acesso efetivo à terra, conforme a história de formação da nação. Dessa forma, o romance expõe questões reais que desafiam o percurso da propriedade privada no Brasil, onde a compra de terras e o direito à posse estão intrinsecamente ligados a relações de poder econômico e racial.

No âmbito estético e narrativo, *Torto Arado* materializa essa crítica ao apresentar personagens descendentes de trabalhadores escravizados que permanecem sem direito formal à terra, vivendo sob condições de exploração. A luta das famílias retratadas evidencia a permanência histórica da exclusão fundiária, ao mesmo tempo em que se conecta ao campo

teórico que analisa a literatura como forma de resistência e denúncia social (Candido, 2006; Navarro; Paula, 2021). Itamar Vieira Júnior, por meio da polifonia narrativa e do uso da oralidade, confere legitimidade às vozes silenciadas, transformando a experiência coletiva em discurso literário e reafirmando a literatura como espaço de memória e crítica social.

Um trecho do romance evidencia que a propriedade de terras ainda segue o padrão estabelecido na época da colonização, mostrando como o passado escravista e latifundiário continua a influenciar a realidade contemporânea. A luta pela terra é um componente central na história da territorialização brasileira: “sabíamos que a fazenda existia pelo menos desde a chegada de Damião, o pioneiro dos trabalhadores, durante a seca de 1932. A família Peixoto havia herdado terras das sesmarias” (Vieira Junior, 2019, p. 176).

A narrativa também aborda o conceito de “posseiros”, destacando que “a apropriação por parte de quem tinha força era a essência do modo de acesso à terra no final do século XIX” (Pereira, 2021, p. 5). Assim, a ocupação desregulada de terras por aqueles que as tomavam pela força do poder local tornou-se uma característica distintiva da organização territorial brasileira na segunda metade do século XIX.

A análise dessa dinâmica histórica e social revela as profundas injustiças que ainda persistem no campo brasileiro. As relações de poder que determinam o acesso à terra são apresentadas como um legado da colonização e da escravidão, que continua a marginalizar os descendentes de escravos e os trabalhadores rurais. A obra sugere que as estruturas de poder econômico e racial que definem a propriedade da terra no Brasil são fundamentais para compreender as contínuas lutas e resistências dos povos quilombolas e de outros grupos marginalizados.

Dessa forma, *Torto Arado* não apenas narra a história de uma família, mas também oferece uma crítica incisiva das injustiças sistêmicas que ainda definem a vida rural no Brasil. Esse cenário pode ser visualizado no excerto a seguir:

Cada homem com desejo de poder havia avançado sobre um pedaço e os moradores antigos foram sendo expulsos. Outros trabalhadores que não tinham tanto tempo na terra estavam sendo dispensados. Os homens investidos de poderes, muitas vezes acompanhados de outros homens em bandos armados, surgiam da noite para o dia com um documento de que ninguém sabia a origem (Vieira Junior, 2019, p. 22).

O romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, expõe de maneira incisiva a trajetória histórica da propriedade privada e a exploração dos trabalhadores rurais. O trabalho não assalariado, o sistema de submissão, o ciclo repetitivo de opressão desde os antepassados das personagens e as formas de resistência em um contexto de extrema repressão são elementos centrais na narrativa. Esses aspectos não apenas moldam os acontecimentos do enredo, mas

também oferecem uma visão realista sobre a vida do trabalhador rural no Brasil do século XX.

A relação entre terra e narrativa estabelece um diálogo que transcende o passado, considerando-o não como algo isolado e superado, mas como um componente essencial para entender o caráter contínuo da obra. A trajetória dos personagens reflete uma experiência coletiva, evidenciando o papel do indivíduo no desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. A lei de terras, que estabelece que a posse da terra é garantida apenas através da compra e confirmação por título, é um ponto crucial na narrativa.

Esse aspecto é particularmente evidente no desejo de Severo, primo e esposo de Bibiana, de transformar sua vida através da aquisição de propriedade privada. Para ele, a posse da terra está diretamente ligada à dignidade humana e à possibilidade de proporcionar uma vida melhor para sua família, encerrando o ciclo de exploração que os persegue: “poderíamos, sim, comprar nossa própria terra e vir buscá-los. [...] só assim conseguiríamos ter uma vida digna” (Vieira Junior, 2019, p. 86). O romance aborda, assim, a relação social que, no século XX, constrói o conceito dominante de propriedade individual (Pereira, 2021).

O sistema legislativo evidencia que a organização social visa o controle e a manutenção do poder e da propriedade nas mãos dos latifundiários, inicialmente concedidos por Portugal durante o período colonial e, posteriormente, condicionados à posse de títulos durante a independência (Marés, 2003). O retorno de Severo e Belonisia à fazenda após a gestação inesperada demonstra que o acesso à terra, mediado pela compra e venda, é restrito a grupos com poder econômico.

Eles retornam com uma percepção diferente: agora, não se trata apenas de ter dinheiro para comprar a terra, mas de lutar pelo direito de possuí-la, já que ocupam, trabalham e constituem a terra. Este retorno revela a consciência da impossibilidade de mudar de vida dentro do sistema vigente. Ao voltar, eles constroem uma casa de barro, continuam a trabalhar para os donos da fazenda e seguem o mesmo modelo de vida de seus antepassados.

Severo, então, se envolve em sindicatos, contribuindo para a conscientização da comunidade sobre a precariedade e a exploração do trabalho no campo. A narrativa de *Torto Arado* expõe, desse modo, as camadas profundas de injustiça e opressão que moldam a realidade dos trabalhadores rurais. A luta pela terra e pela dignidade humana é retratada não apenas como uma questão individual, mas como um esforço coletivo para romper com um ciclo histórico de exploração.

A obra destaca a importância da resistência e da luta organizada para desafiar as estruturas de poder que continuam a marginalizar os trabalhadores rurais, oferecendo uma crítica poderosa às dinâmicas de propriedade e exploração no Brasil. Tal cenário fica evidente

no excerto a seguir:

Quando Severo viajava para encontrar o povo que lhe ensinava as coisas, sobre a precariedade do trabalho, sobre o sofrimento do campo, eu dormia na casa de Bibiana para lhe fazer companhia. Inácio, meu afilhado, já era menino crescido, tinha corpo de homem, gostava de me ajudar a plantar no quintal de casa (Vieira Junior, 2019, p. 156).

O romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, resgata, através da ficção, as experiências dos trabalhadores rurais do século XX, explorando as relações dicotômicas entre “o local e o universal, o sólido e o insólito, o real e a ficção” (Carreira, 2021, p. 186). Essas dimensões ficcionais tecem a narrativa literária, produzindo efeitos que refletem a realidade sensível. Um exemplo dessa interação entre realidade social e eventos históricos é o conceito de função social da terra, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, no inciso XXIII do artigo 5º.

As personagens do romance internalizam e praticam esse conceito, o que fica evidente no excerto a seguir: “começavam a se considerar mais donos da terra do que qualquer um daqueles que tinham seus nomes transcritos no documento” (Vieira Junior, 2019, p. 187). Dessa maneira, salienta-se que, ao abordar a questão da terra através do foco narrativo, o romance reconstrói as marcas da vivência do trabalhador rural.

A exploração contínua e a migração para a cidade em busca de melhores condições de vida, seguidas do retorno sem os objetivos alcançados, evidenciam que o trabalho análogo à escravidão não é exclusivo da fazenda Água Negra. A politização dos trabalhadores nas décadas de 1980 e 1990, a participação ativa em movimentos sociais e a repressão e perseguição daqueles que compartilhavam desses ideais são elementos cruciais na narrativa (Pereira, 2021).

Considerando-se a propriedade como uma relação social, *Torto Arado* destaca as transformações na concepção de propriedade privada ao longo das mudanças históricas. Conforme Pereira (2021, p. 6), “ela se transforma acompanhando as transformações da sociedade. E é essa mutabilidade da propriedade e da sociedade que podemos observar ao acompanhar a trajetória das protagonistas, pois, esta é também a trajetória do conceito de propriedade”. O romance, assim, incorpora elementos fundamentais da formação do Brasil, cujas bases estão na escravidão, ao dar voz a personagens que carregam a memória e a experiência histórica. Do ponto de vista estético, Itamar Vieira Júnior faz isso por meio de uma narrativa marcada pelo realismo social, pelo uso de múltiplas vozes narrativas e pela valorização da oralidade, recursos que aproximam o leitor das vivências de comunidades marginalizadas e conferem autenticidade às histórias contadas.

Dessa maneira, constitui-se uma narrativa que evidencia as condições de trabalho rural

do século XX e as continuidades dessas condições no mundo contemporâneo, demonstrando que a propriedade privada e a opressão social estão interligadas. A arte, portanto, não está desvinculada dessas dinâmicas. Ademais, a obra *Torto Arado* proporciona “uma experiência de leitura em contato com a realidade social, cultural e histórica” (Carreira, 2021) ao explorar a questão da terra em paralelo à trajetória das personagens femininas.

O enredo, marcado pelas vozes de mulheres trabalhadoras rurais, quilombolas e negras, aborda não apenas a exploração semi-escravista do trabalho, mas também as vulnerabilidades e sensibilidades que enfrentam, incluindo os problemas estruturais do patriarcado. Personagens como Donana, Salu, Belonisia, Bibiana e Santa Rita Pescadeira representam uma geração de mulheres cujas trajetórias são marcadas pela opressão, luta, dificuldade e resistência, e cujas vozes refletem e amplificam os problemas da terra no sertão baiano.

Correlacionando a realidade territorial às histórias dessas personagens, Donana se destaca como mãe de Zeca Chapéu Grande, nora de Salu e avó de Bibiana e Belonisia. Ela foi levada para a fazenda de Água Negra por seu filho, que não queria deixá-la sozinha no lugar onde vivia anteriormente. Donana é dona da faca que causou o acidente entre as irmãs, um evento que a abalou profundamente, levando ao seu declínio gradual.

Ao longo da narrativa, sua relação com a religiosidade, o trabalho, os filhos e a viuvez é explorada. Salu, por sua vez, tem uma história de emancipação notável, possuindo um conhecimento ancestral sobre a terra. Bibiana descreve sua mãe Salu com admiração, especialmente após ela se tornar parteira:

A transformação da mulher hesitante, que vinha na estrada em preces por misericórdia e bem-aventurança, na força que se antepunha à perturbação uma grávida transtornada pelas dores, e talvez por espíritos que desconhecíamos, era um milagre de energia. De tão habituada à assertividade de Zeca, eu nunca havia sido capaz de contemplar com a atenção que agora tinha. Diante de meus olhos, vi minha mãe erguer sua mão direita e segurar com força o braço que avançava rompendo o ar para lhe atingir. Bastou esse gesto para que cessassem os urros e a cólera da mulher, e um fluxo de serenidade se instaurasse entre os presentes (Vieira Junior, 2019, p. 50-51).

Belonisia e Bibiana desenvolvem uma relação profundamente íntima desde a infância até o início da adolescência. Belonisia mantém uma conexão estreita com os afazeres da fazenda e atividades relacionadas à terra, e sua comunicação com a irmã é tão próxima que quase as funde em uma só entidade. Carreira (2021) descreve essa ligação como uma relação simbiótica, intensificada após o evento trágico que marcou suas vidas. Bibiana, por outro lado, adota uma postura mais ativa em relação aos movimentos sociais, demonstrando interesse pela luta pelos direitos dos trabalhadores liderada por seu esposo, Severo, e seguindo a carreira de professora.

Após o assassinato de Severo, Bibiana intensifica sua resistência em prol da causa dos

quilombolas. Em um discurso carregado de força, ela reconhece a luta de seu companheiro e a importância de dar continuidade a essa causa:

Eu queria que Severo fosse lembrado por sua coragem, pela sua luta incessante por justiça. Nós não podemos parar, não podemos deixar que a morte dele tenha sido em vão. A nossa terra, os nossos direitos, a nossa dignidade – tudo isso é motivo para continuar resistindo (Vieira Junior, 2019, p. 214).

A ligação de Belonisia com os afazeres da fazenda e seu conhecimento profundo das práticas telúricas demonstram sua habilidade e sabedoria no manejo da terra. Sua relação com Bibiana, que se fortalece após o acidente, é caracterizada por uma dependência mútua e uma comunicação quase intuitiva. Bibiana, com seu espírito combativo, torna-se uma voz influente na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, especialmente após a trágica perda de Severo.

Nessa perspectiva, a dinâmica entre essas duas personagens ilustra não apenas suas diferenças individuais, mas também como suas experiências compartilhadas as unem em uma missão comum de resistência e busca por justiça. Bibiana, assumindo um papel de liderança, mobiliza-se para continuar o legado de Severo, enquanto Belonisia, com sua ligação intrínseca à terra, oferece uma base sólida e prática para essa luta:

Severo morreu porque pelejava pela terra do seu povo. Lutava pelo livramento da gente que passou a vida cativa. Queria apenas que reconhecessem o direito das famílias que estavam havia muito tempo naquele lugar, onde seus filhos e netos tinham nascido. Onde enterraram seus umbigos, no largo de terra dos quintais das casas. Onde construíram casas e cercas (Vieira Junior, 2019, p. 207).

Expressa sua revolta com o extermínio da população negra:

Nós moramos na periferia da cidade, e lá os policiais usavam a mesma desculpa de drogas para entrar nas casas, matando o povo preto. Não precisa nem ser julgado nos tribunais, a polícia tem licença para matar e dizer que foi troca de tiro. Nós sabíamos que não era troca de tiros. Que era extermínio (Vieira Junior, 2019, p. 193).

Embora Bibiana nutra o desejo de buscar um futuro diferente fora de Água Negra – ela chega a sair, casar-se, retornar com filhos e atuar como professora, adquirindo uma nova perspectiva sobre a propriedade territorial –, ela também mantém uma relação profunda com a terra. Esta conexão é evidenciada quando Severo expressa seu desejo de mudar a trajetória de exploração que sempre marcou suas vidas: “nunca havia pensado que tinha sido parida pela terra. A terra 'paria' plantas e rochas. Paria nosso alimento e minhocas. Às vezes paria diamantes, escutava dizer” (Vieira Junior, 2021, p. 72).

Em contraste, Belonisia não compartilha o interesse de Bibiana pelo ensino. Ela sente uma certa aversão pela escola, considerando o conteúdo ensinado desconectado de sua realidade vivida. Ao invés disso, Belonisia encontra satisfação no cultivo da terra, preferindo dedicar-se

às práticas agrícolas. Esta diferença nas aspirações das irmãs sublinha a complexidade de suas experiências e as diversas formas de resistência e conexão com a terra.

Poder estar ao lado de meu pai era melhor do que estar na companhia de dona Lourdes, com seu perfume enjoativo e suas histórias mentirosas sobre a terra. Ela não sabia por que estávamos ali, nem de onde vieram nossos pais, nem o que fazíamos, se em suas frases e textos só havia histórias de soldado, professor, médico e juiz (Vieira Junior, 2019, p. 85).

Bibiana, através de sua trajetória como professora, busca transformar e educar, ampliando os horizontes de sua comunidade. Sua relação com a terra é, portanto, tanto física quanto simbólica, refletindo um desejo de romper com o ciclo de exploração e construir um futuro mais justo. Em sua jornada, ela percebe a terra como fonte de vida e sustento, mas também como palco de luta e resistência.

Belonisia, por sua vez, representa a ligação mais direta e prática com a terra. Sua rejeição à escola e preferência pelo cultivo refletem uma resistência às imposições externas e uma valorização do conhecimento ancestral e prático. Ela vê na terra não apenas um meio de subsistência, mas um espaço de autonomia e identidade.

Maria Rita Pescadeira é a voz onisciente que narra a história de Água Negra, descrevendo os períodos de estiagem e abundância da fazenda e a trajetória dos povos que ali habitaram. Ela recupera, por meio dos eventos que presenciou, a memória da terra desde os antepassados, mencionando atividades como o garimpo e a luta dos povos negros em busca de diamantes. Maria Rita não possui uma materialidade física; ela é um espírito que já habitou diversos corpos, alternando agora sua presença entre Belonisia e Bibiana.

A utilização dessa figura encantada para narrar a história objetiva cria um efeito de realidade que, conforme observado por Carreira (2021), desestabiliza a representação tradicional. Isso permite ao autor empregar uma estratégia narrativa que incorpora um espaço mimético reconhecível pelo leitor. Maria Rita Pescadeira, como um recurso sobre-humano feminino, objetiva a existência de uma realidade permeada pela luta e pelo racismo estrutural.

A presença de Maria Rita Pescadeira proporciona uma dimensão espiritual e ancestral à narrativa, conectando o passado e o presente de maneira contínua e reveladora. Ela simboliza a ligação profunda entre as personagens e a terra, destacando a importância da memória coletiva na formação da identidade e resistência dos povos quilombolas. Esta abordagem sobrenatural, ao mesmo tempo em que realça a verossimilhança da história, sublinha a dureza e a persistência da opressão enfrentada pelas comunidades rurais negras.

Ao evocar Maria Rita Pescadeira, a narrativa de Itamar Vieira Junior transcende os limites da materialidade e entra no domínio do espiritual e simbólico. A entidade espiritual não

só conta a história, mas também encarna a resistência e a luta contínua contra a exploração e o racismo. Sua voz onisciente dá vida às experiências passadas e presentes, oferecendo uma compreensão mais profunda e ampla das condições sociais e culturais da fazenda Água Negra.

Dessa forma, *Torto Arado* utiliza a figura de Maria Rita Pescadeira para unir o mundano e o sobrenatural, o passado e o presente, oferecendo uma narrativa rica em simbolismo e significado. Por tais motivos, entende-se que a obra destaca a importância da memória e da ancestralidade na luta contra as injustiças sociais e raciais, utilizando elementos sobrenaturais para reforçar a veracidade e a urgência da resistência coletiva.

A análise de *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, revela a profundidade e a complexidade das experiências dos trabalhadores rurais e quilombolas no sertão baiano, abordando questões como a exploração do trabalho, a luta pela terra e a resistência contra as estruturas opressivas. A narrativa é enriquecida pelas perspectivas das personagens femininas, cujas vidas e trajetórias são marcadas por opressão, luta e resiliência.

A obra, ao oferecer uma “experiência de leitura em contato com a realidade social, cultural e histórica”, (Candido, 1995, p. 243), entrelaça as dimensões ficcionais com a realidade vivida, criando um impacto sensível e verdadeiro. A questão da terra é central, e a história das personagens femininas, como Donana, Salu, Belonisia, Bibiana e Santa Rita Pescadeira, ilustra como a opressão e a resistência se manifestam em suas vidas diárias. Essas mulheres representam uma geração de lutadoras cujas histórias ecoam os problemas da terra do sertão baiano.

Donana, a mãe de Zeca Chapéu Grande, simboliza a ligação intergeracional com a terra e a resistência silenciosa. Salu, com seu conhecimento ancestral e papel como parteira, representa a sabedoria e a força das tradições quilombolas. Belonisia e Bibiana, através de suas diferentes relações com a terra e a educação, mostram as diversas formas de resistência e luta. Bibiana, em particular, se destaca por seu envolvimento nos movimentos sociais e sua determinação em continuar a luta de seu companheiro Severo após sua morte: “poderíamos, sim, comprar nossa própria terra e vir buscá-los. [...] só assim conseguiríamos ter uma vida digna” (Vieira Junior, 2019, p. 86).

Maria Rita Pescadeira, a voz onisciente e sobrenatural do romance, une todas essas histórias e as liga a um passado ancestral de luta e resistência. Sua presença desestabiliza a representação tradicional e cria um efeito de realismo que reforça a veracidade das lutas apresentadas. Ela personifica a memória coletiva e a resistência espiritual dos povos quilombolas, conectando o passado e o presente de maneira profunda e contínua.

A narrativa de *Torto Arado* não só expõe as condições de trabalho e vida no campo, mas

também celebra a rica herança cultural e espiritual das comunidades quilombolas. Ao destacar a importância da memória, da ancestralidade e da resistência, a obra oferece uma crítica incisiva às injustiças sociais e raciais persistentes no Brasil. Utilizando elementos sobrenaturais para reforçar a realidade das lutas, Vieira Junior cria uma narrativa que é ao mesmo tempo literariamente rica e socialmente relevante.

Em conclusão, *Torto Arado* é uma obra que combina profundidade literária com relevância social. Ao dar voz às experiências e lutas dos trabalhadores rurais e quilombolas, especialmente das mulheres, Itamar Vieira Junior cria uma narrativa poderosa que desafia as estruturas de poder e celebra a resistência e a resiliência das comunidades marginalizadas. A utilização de elementos sobrenaturais como Maria Rita Pescadeira não só enriquece a narrativa, mas também enfatiza a importância da memória e da espiritualidade na luta por justiça e dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta monografia revela as intrincadas relações e significados associados à propriedade da terra na história do Brasil. Essa questão é examinada no contexto de uma formação histórica caracterizada pelo domínio das elites e pelo latifúndio. Tal problemática encontra-se refletida nas produções literárias, onde a interseção entre realidade concreta e ficção é constante. A literatura, nesse sentido, desempenha um papel crucial ao impactar o indivíduo sócio-histórico ao explorar as possibilidades e potencialidades da vida cotidiana através da arte.

A investigação do romance ocidental e brasileiro oferece uma compreensão de como as expressões artísticas se vinculam ao tecido social, funcionando como instrumentos significativos para expor as contradições do capitalismo e aspectos da vida burguesa. A presença da terra nas obras regionalistas e sertanistas sublinha a importância do romance na consolidação da identidade nacional, apresentando o Brasil aos próprios brasileiros. As descrições e os temas abordados tornam-se elementos essenciais na construção identitária do país.

O romance, ao tecer narrativas repletas de subjetividades e singularidades, permite ao leitor perceber-se como parte integrante do todo social. A literatura transcende a simples reprodução documental e descritiva da realidade, oferecendo uma interpretação da totalidade da vida que facilita a elaboração, compreensão e transformação do cotidiano a partir da percepção do movimento sócio-histórico. Assim, a literatura é compreendida como uma reveladora do cotidiano e simultaneamente como uma força humanizadora do sujeito.

No romance *Torto Arado*, a narrativa incorpora a história de indivíduos que lutam pelo direito à terra, aproximando ficção e realidade. Essa obra literária proporciona um panorama do trabalhador rural do século XX e aborda questões como o racismo estrutural, a vida das mulheres quilombolas no campo e a repressão aos movimentos sociais pela posse da terra. A interligação entre a terra, o foco narrativo e a trajetória das personagens femininas demonstram como a realidade pode ser entendida, reformulada e superada, destacando a problemática da propriedade privada no Brasil e suas conexões com a ocupação territorial e o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira.

Por fim, a linhagem de mulheres retratada no romance e seus enredos elucidam a relação conflituosa, exploratória e resistente com a terra. Suas trajetórias ilustram uma vivência marcada pela luta, ao mesmo tempo que apresentam novas perspectivas e significados para a

região de Água Negra. O silenciamento e a invisibilidade que caracterizavam os ciclos dos antepassados começam a ser desafiados, apontando para uma nova relação com a terra, onde a existência digna se afirma como um fato social incontestável e não mais ignorável ou subjugável.

Este trabalho analisa as intersecções entre terra, propriedade e negritude no romance *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Júnior, a partir da perspectiva crítica apresentada por Antonio Candido em *Literatura e Sociedade* (2006). A pesquisa parte da premissa de que a literatura é um instrumento de interpretação da realidade social, capaz de revelar contradições históricas e estruturas de opressão.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Capitães da Areia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

AMADO, Jorge. **Terras do Sem-Fim**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.

ALVES, Sadrack Alves.; VREESWIJK, Anna Maria Dias. As noções de meritocracia e o direito à literatura: um debate a partir do uso de Torto Arado em sala de aula. **Building the Way - Revista do Curso de Letras da UEG/Itapuranga**, v. 12, n. 2, 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal - Subsecretaria de edições técnicas, 2008.

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei Nº 4.504/1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 30 de nov. de 1964.

CANDIDO, Antonio. **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880**. 12. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2009.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes. Inscrições do real em Torto Arado, de Itamar Vieira Junior. **Revista do Curso de Letras da UNIABEU**, v.12, n. 1, 2021.

CASTRO, A. C. Carolina e João na cidade: o lugar dos pobres em São Paulo (1950-1970). **XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, 2018.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

CORRÊA, Ana Laura dos Reis et al. **Caderno de literatura. Um percurso de formação em literatura na Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

COSTA, Camila Gonçalves. **O protagonismo feminino em Torto Arado, de Itamar Rangel Vieira Junior**. 2023. 176f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, 2023.

DALCASTAGNÈ, Regina; EBLE, Laeticia Jensen (orgs.). **Literatura e Exclusão**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zouk, 2017.

DIAS, Pablo Emmanuel Araújo; SILVA, Ana Paula Santos. Desvendando o sagrado: Torto Arado e a complexidade da realidade brasileira. **Open Minds International Journal**, v. 4, n. 4, p. 50-60, 2023.

HOBBS, Thomas. **Os grandes filósofos do direito**. Clarence Morris (org.). Trad. Reinaldo Guarany. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LINS DO REGO, José. **Fogo Morto**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

MARTINS, Islane Archanjo Rocha; COSTA, Iassmyn Vitoria; NOGUEIRA, Bernardo Gomes Barbosa. Torto Arado: uma leitura interdisciplinar de território quilombola a partir do direito e da geografia cultural. **Literatura em Debate**, v. 17, n. 30, p. 56-70, 2022.

NAVARRO, E.; PAULA, M. F. Cobrir e mostrar a cara: a recuperação do romance histórico no século XXI em Torto Arado, de Itamar Vieira Junior, e Formas de Voltar para Casa, de Alejandro Zambra. **Literatura e Autoritarismo (UFSM)**, v. 1, p. 5-20, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

PELLEGRINI, Tânia. **Realismo e realidade na literatura. Um modo de ver o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

PESAVENTO, S. J. Relação entre história e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil: (séculos XIX e XX). **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, n. 4, p. 115-127, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, n. 6, p. 21, 2006.

PRADO, João Pedro dos Reis. O som e o silêncio: as revoluções de Bibiana e Belonísia Em torto arado de Itamar Vieira Junior. **Revista de Literatura, História e memória**, v. 19, n. 33, 2023.

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938

RODRIGUES, Thiago Martins. Nas aberturas do tempo: Quilombo e descolonização cultural no Brasil contemporâneo em Torto Arado, de Itamar Vieira Jr. **Revista Crioula**, n. 28, p. 61-79, 2021.

SAMOYAUULT, Tiphane. A intertextualidade. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SANTANA, Édila de Cássia Souza. O passado transmutado: ficção e história em Torto Arado, de Itamar Vieira Junior. **Revista Estudos em Letras**, v. 4, n. 1, 2023.

SCALIA, Liana Aragão. Torto Arado é literatura engajada. **Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea**, v. 13, p. 243-251, 2021.

SILVA, Rayssa Raquel Marinho da. **Terra, negritude e romance em Torto Arado, de Itamar Vieira Júnior**. 2021. 41f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021.

TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. O papel do poder judiciário na efetivação da função social da propriedade. In: STROZAKE, Juvelino José (org.) **Questões agrárias: julgados comentados e pareceres**. São Paulo: Método, 2002. P. 113-140.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

ZENERATTI, Fábio Luiz. Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 50, p. 441-454, 2017.